



NÚCLEO TURÍSTICO RURAL RIO MAIOR

O Turismo como alternativa para a sustentabilidade local
- História, Cultura e Meio Ambiente -

Unesc

TFGI

Acadêmica:

Orientador:

Arquitetura e Urbanismo

2010 – 1

Juliana Turazi

Prof. Jorge Luiz Vieira



I

“Quando amamos, cuidamos; e quando cuidamos, amamos.”

((Leonardo Boff))

Em primeiro lugar um auto-agradecimento, por acreditar no meu sucesso, pela minha determinação, persistência e por ter tido forças para nunca desistir desta jornada.

À Bárbara, minha filha, por ser a maior razão dos meus objetivos, por seu amor incondicional e por preparar meus deliciosos lanchinhos noturnos.

À minha mãe Irene e minha tia Nazinha, por todo o amor que me deram, por todo o apoio e incentivo e por não desistirem de acreditar em mim.

Aos meus irmãos Julian e Almir, que sempre estavam prontos para me apoiar e incentivar.

Ao meu namorado Herlon que só não sofreu com a minha ausência porque sempre esteve ao meu lado e que me acompanhou em grande parte deste caminho, inclusive às inúmeras excursões ao Rio Maior.

À Cenilda, que esteve sempre pronta para me receber e disponibilizar ricas informações.

Ao Renato e ao Fernando, pelas entrevistas enriquecedoras.

Ao meu orientador, Jorge, por acreditar na minha proposta e por me conduzir com sabedoria até aqui.

À Patrícia por ter acreditado e me incentivado desde o princípio e ao Zen que, junto a ela, possibilitaram esta conquista.

Aos meus colegas de trabalho, Judith, Bortolotto e Suele, que souberam relevar minhas falhas e me ajudaram muito quando precisei.



1. Localização e caracterização geográfica



Urussanga, no sul do estado de Santa Catarina, integra a Associação dos Municípios da Região Carbonífera (AMREC) que é composta por 11 municípios vizinhos.

Com área de 240 km², o município está localizado entre o litoral Sul Catarinense e o planalto serrano, distante 190 km da Capital Florianópolis e 35 km da BR 101.

A sede do município está elevada 49 metros acima do nível do mar. (<http://www.sul-sc.com.br/afolha/cidades/urussanga.html>)

Urussanga possui as seguintes coordenadas: Latitude: 28°31'04", e Longitude 49°19'15". Seus limites territoriais são com os municípios de Orleans e Lauro Muller, ao Norte; com o município de Cocal do Sul, ao Sul; ao Leste, com o município de Pedras Grandes e a Oeste com os municípios de Siderópolis e Treviso. (AMREC - 2010)

Segundo a contagem da população, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2009, Urussanga possuía uma população de 19.936 habitantes, tendo uma densidade demográfica de 77,45 hab./km² e os levantamentos feitos no município no ano de 2007 para a elaboração do Plano Diretor Participativo mostram que 40% da população vivem na área rural e que 89,46% possuem menos de 60 anos, como indicativo de uma população relativamente jovem.



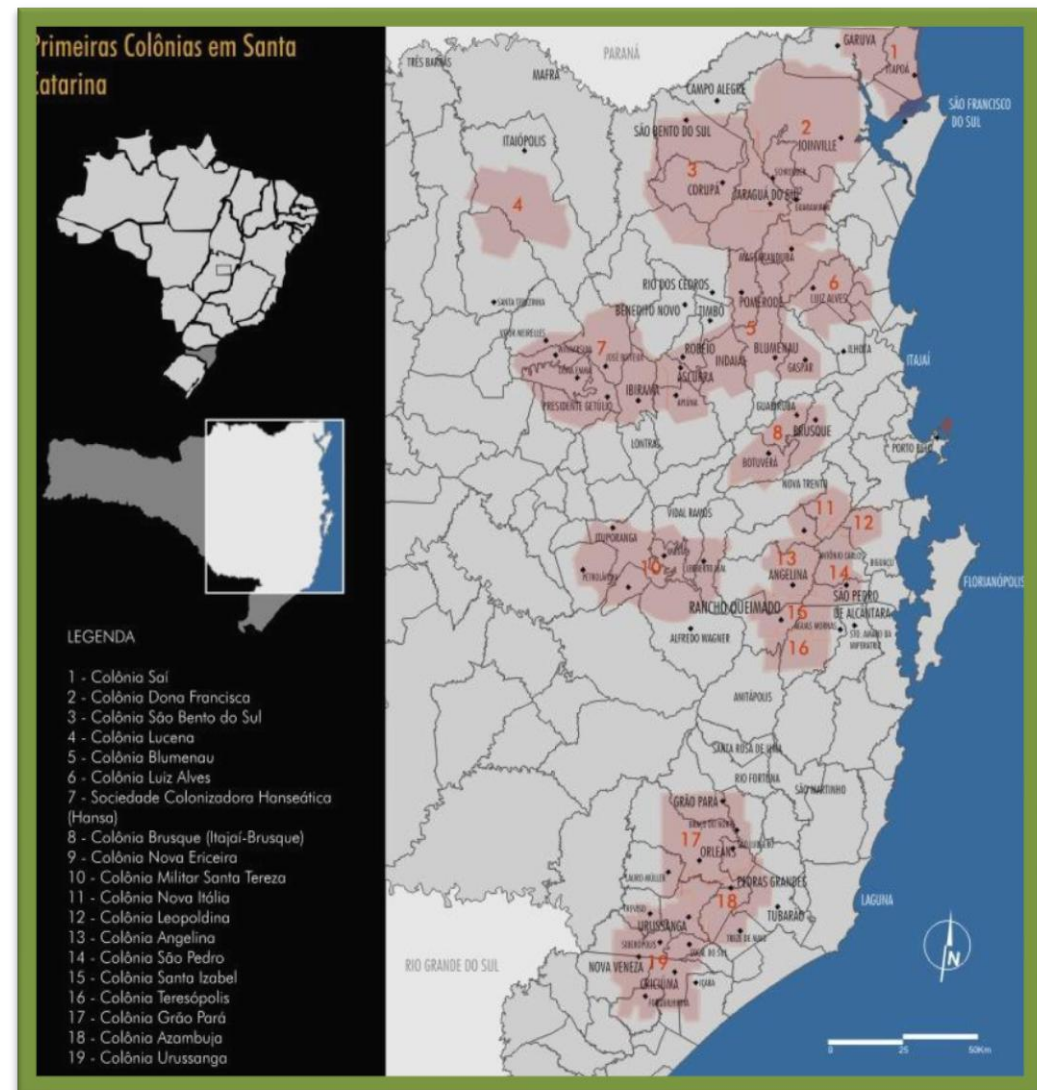


2. História e Cultura

2.1. História da colonização e da cultura do povo de Urussanga

Baldessar(2007), relata que a primeira medida tomada pelo governo brasileiro em relação ao tráfico de escravos foi em 1850, com uma lei que proibiu o tráfico de escravos da África. Desde então, o movimento abolicionista foi se fortalecendo, passando pela Lei do Ventre Livre até 1888, quando foi assinada a Lei Áurea, que daria liberdade, enfim, aos escravos. Isto provocou um sério problema de falta de mão de obra, visto que os negros não aceitaram a idéia de continuar trabalhando para os mesmos patrões, mesmo que libertos, então se fez necessário encontrar outra solução. Começa então história dos imigrantes, patrocinados pelo governo, para suprir esta necessidade.

Diante deste contexto a história brasileira registra a partir desta época o início da imigração no país. Descontentes com uma forte crise sócio-econômica e política na Europa, nos anos de 1870 e motivados pelo interesse de Portugal em colonizar as terras do Brasil, muitos italianos vislumbraram o sonho de fazer riqueza na América. Com a promessa de que lhes estava assegurado a viagem, um lote de terra de mais ou menos 20 a 30 ha e assistência financeira no primeiro ano no Brasil, organizaram-se os primeiros contingentes de europeus que deixaram sua pátria para tentar uma nova vida.



Mapa das primeiras colônias do Estado de Santa Catarina. Fonte: Roteiros Nacionais da Imigração.





Os “Roteiros Nacionais da Imigração”, projeto que reúne pesquisas, inventários, planos de gestão e projetos estratégicos de preservação do patrimônio nacional estima que o Brasil recebeu, entre 1819 a 1947, aproximadamente cinco milhões de imigrantes, sendo que, em Santa Catarina, principalmente os alemães, italianos e poloneses se distribuíram de acordo com a divisão das seguintes colônias, conforme mapa.

Em 1878 muitas famílias partiram de navios a vapor rumo ao Rio de Janeiro, de onde embarcaram em veleiros menores até Desterro, então capital catarinense, e depois até o porto de Laguna. De lá seguiram, a pé, por cerca de 40 km até o município de Tubarão, na região onde depois foi fundada a colônia de Azambuja, e em terras que hoje pertencem a Urussanga, e encontraram o seu lote de terra, que havia sido previamente demarcado, totalmente coberto por mata virgem (www.portaldiaadia.com.br).



Percurso dos imigrantes desde Florianópolis até a colônia de Urussanga.

(Fonte: Anelise C. Maccari, 2006)





As promessas dos governos brasileiro e italiano não foram cumpridas. As colônias foram estabelecidas com o colono imigrante comprando do governo brasileiro ou de uma companhia de colonização os terrenos e, sem a assistência prometida, as famílias passaram muitas dificuldades pela falta de condições de trabalho, falta de comida, doenças e a mudança drástica de clima. Meses depois algumas famílias partiram da colônia de Azambuja em direção as terras demarcadas pelo engenheiro Joaquim Vieira Ferreira, local onde seria então fundada Urussanga. Naquela época o triângulo onde se estabeleceu a Praça Anita Garibaldi, centro da cidade, já havia sido demarcado. (www.sc.gov.br/sdr/criciuma/municipio_urussanga.htm)

Localizada em meio à Mata Atlântica, território historicamente ocupado pelo grupo Xokleng, a colônia de Urussanga e proximidades passaram por sérios conflitos com os índios, que foram exterminados após diversos confrontos com os colonos. (www.sc.gov.br/sdr/criciuma/municipio_urussanga.htm)

Baldessar(2007) relata que os índios receberam bem os imigrantes e que estes, a princípio, retribuíram a gentileza. Os índios e os colonos trocavam objetos e os fazeres de suas culturas, enquanto os brancos iam, aos poucos, tomando conta do espaço, abatendo as matas, matando animais, interferindo na vida dos gentios e os expulsando aos poucos de suas terras, até que se iniciaram os confrontos.

Com muito trabalho por parte dos novos moradores, a colônia de Urussanga se desenvolveu rapidamente e logo a estrada de rodagem Tubarão-Azambuja é prolongada até Urussanga. A partir de então, a colônia passa a crescer e ganhar mais importância na região. Em 31 de dezembro de 1881, Urussanga foi emancipada de Tubarão e, em 1895, elevada a sede de Distrito de Paz. Em 1889, estruturada com Igreja, cemitério, escola, praça, casas de comércio e uma população de cerca de 5.000 habitantes, foi enviada uma petição à Assembléia Estadual pedindo a emancipação da colônia e, em 06 de outubro de 1900, é assinado o Decreto Estadual nº 474, que cria o município de Urussanga. (http://www.sc.gov.br/sdr/criciuma/municipio_urussanga.htm e <http://www.portaldiaadia.com.br>)



Primeira Prefeitura de Urussanga, 1910.
(Fonte: Jornal Vanguarda – set 17th 2009)



Hoje CRAS em Urussanga, 2010.
(Fonte: arquivo pessoal)





Nos anos seguintes o estabelecimento de novas colônias como Criciúma, Nova Veneza, Nova Belluno, Nova Treviso e Bebevedere também beneficiou o crescimento de Urussanga, pois os colonos que se dirigiam para estes novos núcleos passavam obrigatoriamente pela cidade, que funcionou como pólo irradiador da colonização italiana no sul de Santa Catarina (http://www.sc.gov.br/sdr/criciuma/municipio_urussanga.htm).

A vitivinicultura, atividade que projetou Urussanga no cenário nacional, foi iniciada na região pelos imigrantes italianos com o plantio das videiras. Em 1888 o então padre Luigi Marzano começou a produzir o vinho para as festas da igreja. Em 1913, surgiu a Vinícola Caruso Mac Donald, que cresceu rapidamente se tornando conhecida nos grandes centros do país pelo vinho que produzia. Dois anos depois, com parreirais próprios e a produção de vinhos Goethe, a Vinícola Irmãos Cadorin logo se tornou também nacionalmente conhecida, produzindo comercialmente até o ano de 1992 (<http://www.portaldiaadia.com.br>). Outras vinícolas vieram e deram início a tradição da produção de bons vinhos no município.

As atividades econômicas do novo município eram basicamente a agricultura de subsistência e a produção comercial em pequena escala, até 1917, quando foram abertas as primeiras minas de carvão na região. Em 1918, com a criação da CCU (Companhia Carbonífera Urussanga), a economia se diversificou e a cidade entra num ciclo de desenvolvimento com exploração de minérios que trouxe benefícios financeiros temporários à comunidade, mas, que bem pouco deixou para o município. A construção da Estrada de Ferro Dona Teresa Cristina em 1924 marca a história da cidade sendo utilizada ainda hoje para o transporte de carvão de Criciúma até Tubarão. Em Urussanga a estrada serve atualmente como atrativo turístico, com a realização de passeios de passageiros de Tubarão até Urussanga. Os bons salários e a forte movimentação econômica da época resultaram numa grave degradação ambiental. Além de problemas de saúde para os trabalhadores da mineração e seus descendentes a região empobreceu com o desemprego ao fim do ciclo da mineração. Na década de 1970, indústrias começaram a se instalar na região, diversificando mais uma vez a economia e estimulando um rápido crescimento urbano, porém, a agricultura continuava a ser a principal alavanca da economia do município. (http://www.sc.gov.br/sdr/criciuma/municipio_urussanga.htm).

Hoje a economia é bastante diversificada, com indústrias principalmente de cerâmica, móveis e plásticos, fruticultura e vitivinicultura e a agropecuária (<http://www.urussanga.sc.gov.br>).

2.2. Movimentos Migratórios

Segundo Patrícia Mazon Freitas¹, o município apresenta atualmente um alto índice de migração, sendo estas temporárias e permanentes.

As migrações temporárias que acontecem em Urussanga são, na maior parte dos casos, causadas por pessoas que aproveitam a carência de mão de obra das gelaterias alemãs durante a alta temporada do verão europeu e viajam para

(1) Patrícia Mazon Freitas, 42 anos, Formação Superior em História, Diretora de Turismo da Prefeitura Municipal de Urussanga.





aquele país oferecendo força de trabalho para esta atividade. Outros grupos partem para a Inglaterra Itália e Estados Unidos. Como muitas destas pessoas voltam para sua terra ao término do trabalho temporário nestes países, verifica-se um forte estímulo na área da construção civil, incrementando a economia local.

Este tipo de migração também acontece com o deslocamento diário de pessoas aos municípios vizinhos, principalmente Criciúma, em função de seus trabalhos e do comércio, pelo lazer e o turismo em outros locais e ainda para outros domicílios que possuem em locais como praia e sítios rurais.

As migrações permanentes mais evidentes se constituem de pessoas do município que emigram para centros urbanos maiores e principalmente, para o exterior, em busca de melhores condições de vida, também casos de mudança de profissão com mudança de cidade, desequilíbrio econômico no local de origem, neste caso a queda da economia na agricultura, entre outras.

Urussanga, assim como na maioria das cidades, apresentou nas últimas décadas um significativo deslocamento das pessoas da zona rural para a urbana.

2.3. O Patrimônio

“Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material ou imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira...” (Constituição Federal – 1988 – Art. 216.)

Os “Roteiros Nacionais da Imigração” classifica o patrimônio cultural em duas faces, o Patrimônio Material e o Patrimônio Imaterial, tendo como materiais as edificações, objetos, bens arqueológicos, dentre outros “bens palpáveis” e como imateriais as festas, lendas, culinária, modos de fazer e outros bens culturais sem “existência material”.

2.3.1. A cultura preservada

Os descendentes das famílias italianas que vivem em Urussanga valorizam a cultura dos antepassados e cultivam a vivência destas tradições através da gastronomia típica, de grupos folclóricos, corais italianos, festas típicas e da preservação do patrimônio histórico.

Rica em seus atrativos naturais e culturais, Urussanga é conhecida nacionalmente como Capital do Bom Vinho, desde a criação da Festa do Vinho em 1984, com o resgate da cultura vitivinícola de Urussanga, sendo hoje uma das maiores festas temáticas de Santa Catarina. Realizada bianualmente, a festa Rittorno Alle Origine, desde 1991 comemora o aniversário do município, através das tradições culturais, da confraternização das comunidades e associações do município





com grande valor cultural e turístico. As duas festas acontecem bienalmente, alternadamente, fazem parte do calendário artístico festivo e atraem visitantes de todo o país.

Para Bortolotto², a relação entre a cultura e o Turismo é de interdependência. A cultura é a condição para que o turismo se firme em Urussanga, pois, sem os valores culturais este se torna insípido, sem perspectivas de expansão. Ele cita como potencialidades locais sob o ponto de vista da cultura o modo de viver da comunidade, o dialeto de seus antepassados preservado, a tradição dos usos e costumes, a identidade étnica, o patrimônio arquitetônico urbano e rural de grande valor, inclusive com exemplares que não foram contemplados no processo de tombamento.

Apesar de todo este potencial, há, segundo Bortolotto, uma indiferença da comunidade em relação ao turismo como atividade econômica e também uma idéia equivocada em relação à preservação do patrimônio, pontos estes que a administração pública deveria trabalhar mais através de programas de incentivo e da conscientização a respeito dos valores culturais.

2.3.2. O Patrimônio Histórico

Com um representativo conjunto arquitetônico da época da imigração, Urussanga é um referencial no estado, possuindo um importante acervo de arquitetura urbana tombado como patrimônio histórico em 1994, pela FCC - Fundação Catarinense de Cultura. São 18 edificações do final do século XIX e início do século XX, em estilo eclético de uso residencial e comercial, localizados na Praça Anita Garibaldi, centro da cidade, núcleo da colonização da cidade. Como descreve De Luca(2007):

“O núcleo de Urussanga configura-se como o maior conjunto urbano de características tipicamente italianas no Estado de Santa Catarina. Os sobrados coloniais em torno da Praça Anita Garibaldi compõe com a Igreja Matriz Nossa Senhora da Conceição uma visualidade específica da colonização, que deve ser preservada em sua totalidade enquanto conjunto.”

Neste conjunto há sobrados e residências térreas, exemplares próprios do ecletismo, devidamente ornamentados, com platibandas e balaustres característicos do período. O espaço urbano em que estão inseridas estas edificações foi palco da colonização, do desenvolvimento e ainda presencia o dia a dia da cidade.

Também a área rural possui um importante conjunto de edificações erguidas pelos imigrantes italianos, com casas térreas e sobrados de pedra, alguns exemplares em madeira e igrejas que mostram o modo de construir dos colonizadores, sendo a comunidade do Rio Maior a que apresenta maior número delas.

(2) Newton Vicente Reck Bortolotto. 50 anos. Formação em Arquitetura e Urbanismo. Arquiteto da Prefeitura Municipal de Urussanga.

Anteriormente diretor de cultura do município.





2.4. A colonização do Rio Maior

Olívio de Lorenzi Cancellier e Valdemar Mazurana, em seu livro Rio Maior – Traços Culturais e Transformações de um Grupo de Imigrantes Italianos de Sul do Brasil(1989), contam a história da vinda dos imigrantes italianos e da colonização de Urussanga e Rio Maior.

No relato consta que, em 1878, um ano após a colonização de Azambuja, algumas famílias vindas da localidade de Casso(hoje município de Erto), na Itália, juntamente com famílias de Longarone e região, migraram para Urussanga. Deste grupo, famílias como Mazzucco, Cancellier, Canever, Frol, Manarin, Dinon, Bocardo e Barzan, se estabeleceram um pouco mais ao norte, nas proximidades de um córrego chamado Rio Maior, formando ali um núcleo próprio. Os cassanos, como eram chamados, se estabeleceram próximos entre si, por suas afinidades, com traços culturais e características particulares que diferenciam ainda hoje o local do centro de Urussanga.

Casso localiza-se na encosta de uma montanha rochosa onde, para poder agricultar, se fazia necessário a construção de terraços protegidos por taipas, que possibilitavam apenas uma pequena produção. Assim, a possibilidade de terra e colheita farta na América lhes parecia promissora, pois isto lhes garantia a subsistência.

Tinham aqui a sua liberdade, praticavam sua religião, que sempre foi um traço muito forte dos imigrantes italianos, com muita fé, falavam o idioma de seu país de origem com seu próprio dialeto e, juntos, tinham forças para o trabalho braçal e para as dificuldades que aqui enfrentavam. Tinham em Deus, pátria, família, terra, liberdade e trabalho os seus maiores valores, deixados como herança para as gerações atuais.

Os cassanos trouxeram na bagagem também os seus ofícios e se destacavam na profissão de pedreiros, assim, facilmente conseguiam trabalho e construía suas casas que se destacavam pelas suas dimensões e pelas suas formas. Muitas destas casas são ainda preservadas e habitadas por seus descendentes. Com a construção da estrada de ferro Tereza Cristina, muitos ali se empregaram e melhoraram suas situações financeiras, conseguindo inclusive pagar a terra que possuíam.

Neste período, além do plantio das sementes que trouxeram da Itália, introduziram o cultivo da cana de açúcar, que trouxe grande desenvolvimento econômico, junto com a criação de suínos. Logo surgiu o primeiro engenho de açúcar movido a roda d'água e moendas de madeira, o segundo, já movido a boi e logo já eram oito engenhos na região. Com a abertura da estrada que leva a Orleans, os porcos criados no local eram vendidos a uma fábrica de banha daquela cidade, mas, logo foi montada uma destas pelos irmãos Mazzucco no local onde funcionava também o primeiro estabelecimento comercial do local. Ao final surgiu a fábrica de banha da Cooperativa de Rio Maior que vendia para o Rio de Janeiro e banha e carne suína salgada.

Com a prosperidade que ocorreu no local, logo a capela existente de madeira serrada de 1888 foi substituída pela Igreja do Rio Maior, em 1912, em homenagem ao seu santo padroeiro, São Gervásio e Protásio, toda em pedra, semelhantes





às encontradas no país de origem dos imigrantes construtores. Ainda hoje a igreja se mantém conservada, como um marco histórico e cultural da imigração.

Imagens das fachadas da Igreja de São Gervásio e Protásio. Na sequência, fachada frontal, fachada posterior, lateral direita e lateral esquerda. (Fonte: Arquivo pessoal - 2010)





2.5. A identidade cultural do povo

Assim como a Igreja, tudo que os cassanos faziam ou construíam era buscando reproduzir as características de sua terra natal para que pudessem se sentir em casa. Pelo fato de não terem muito contato com os brasileiros, como afirma Serafim(2007) em relação aos imigrantes em geral, foram, aos poucos, criando uma identidade própria na sua arquitetura, danças, culinária, dialeto, usos e costumes.

Os descendentes em Urussanga vivenciam, ainda hoje, esta “italianidade” no seu dia-a-dia, seja pela catolicidade, inserção nas Associações Italianas, pela presença nos acontecimentos marcantes no município, ou então pelo estudo da língua italiana e pela participação nas manifestações culturais. (Serafim – 2007, pg. 9)

O sentimento de nacionalidade confere aos italianos uma característica própria marcante e após tantas dificuldades, passaram a ser vistos pelos ‘brasileiros’ com pouca simpatia e alguma reserva.

“Da distância para o descaso, não demorou e, em certa época, mostrar-se italiano ou descendente era ser, na visão de grande parte da população, grosseiro, fora de moda, sem instrução. Quem quisesse ser chique que não falasse palavras como “mandolin”, “laurar”, “bambina”, “ragazza” e tantas outras. Comer polenta com galinha, então, era algo que literalmente denotava mau gosto e caracterizava pobreza.” (PANORAMA, 1999, P. 22).

Com o centenário da colonização italiana, algumas ações por parte da igreja e da administração municipal contribuíram para o desenvolvimento cultural da história dos antepassados, como a criação, em 1983, da Escola de Língua Italiana Padre Luigi Marzanno e a criação de associações de descendentes italianos e grupos folclóricos. A Festa do Vinho, criada em 1984, teve um papel fundamental nesse resgate. Em 1988, foi selado um laço político, cultural e econômico entre Urussanga e Longarone(Itália), local de onde vieram os primeiros imigrantes para o sul do Brasil, a partir de um convênio chamado Gemellaggio, que significa Cidades Gêmeas, que estabeleceu um intercâmbio político, cultural e econômico entre as duas cidades.

Com esta união, a identidade italiana no município se intensificou, com o reforço da valorização do idioma e a facilidade na obtenção da dupla cidadania, o que proporcionou a várias pessoas a possibilidade de irem para a Itália se profissionalizarem, aumentando a vivência, o conhecimento, o gosto e o orgulho dos descendentes pela cultura dos antepassados.

Muitas famílias de Rio Maior investiram na profissionalização para o fabrico de produtos com o intuito de fortalecer a sua economia, o que significou também ao retomada das atividades e os modos de fazer praticados na Itália, como a fabricação de sorvetes, de pizzas, culinária, artesanato, entre outros. Também a prática de manifestações culturais como dança, teatro e músicas italianas fazem parte das atividades sociais, culturais e de entretenimento.





Serafim, em sua dissertação, faz uma referência a LAGO, 2004, que diz:

“(...) a cultura (dimensão social), não é algo que se acrescenta ao indivíduo, mas algo que o antecede e o constitui enquanto sujeito, com suas particularidades, na história de suas relações – suas *identificações*. Estamos falando de um organismo que nasce em um contexto social, histórico, imerso na cultura e que, no seu desamparo, se não for cuidado por outros não sobreviverá. No processo de maturação, pela identificação aos outros, também constituídos nos significantes culturais, vai se individualizando, constituindo-se como sujeito singular, com uma história de vida, uma sociedade histórica”

A partir disso e da análise feita até aqui, conclui-se que a reaproximação dos italianos e seus descendentes com suas origens, foi fator imprescindível para a preservação de costumes, tradições, edificações, artefatos e da língua italiana, formando e valorizando, assim, a identidade dos descendentes do município.



Praça Longarone. Monumento em homenagem ao Gemellaggio. (Fonte: Suele Tibes)





3. Turismo

3.1. O turismo em Urussanga

Urussanga é um município que, com população aproximada de 20.000 habitantes, 75% de origem italiana descendentes dos desbravadores, tem investido significativamente no desenvolvimento turístico, visando sua projeção nacional como pólo atrativo na região através do turístico temático da cultura italiana com enfoque na produção de vinhos, nas manifestações culturais e na história da imigração italiana preservada através de seu patrimônio material e imaterial.

Analisando sua localização, verifica-se uma posição estratégica, entre a serra e o mar, ficando no traçado de importantes roteiros regionais e estaduais. Os roteiros destacados de acordo com a SANTUR – Secretaria de Turismo de SC são os dos “Encantos do Sul” e da “Serra Catarinense”.

O roteiro Encantos do Sul, no litoral Sul de Santa Catarina, refere-se a cidades históricas e vilas de pescadores, praias, lagoas, baías e enseadas protegidas na Área de Proteção Ambiental (APA) da Baleia Franca. Também no interior, destaca as estradas que contam a história da imigração italiana, localidades de origem alemã, um grande complexo termo mineral e a Serra do Rio do Rastro que segue em direção ao planalto. As cidades inseridas neste roteiro são Laguna, Garopaba, Imbituba, Tubarão, Criciúma, Gravatal, Içara, Jaguaruna, Imaruí, Urussanga, Orleans, Nova Veneza, São Martinho, Santa Rosa de Lima, Armazém, Braço do Norte, Capivari de Baixo, Cocal do Sul, Forquilha, Grão Pará, Lauro Muller, Morro da Fumaça, Paulo Lopes, Pedras Grandes, Rio Fortuna, Sangão, São Ludgero, Siderópolis, Treviso, Treze de Maio (<http://www.santur.sc.gov.br/>).

Neste roteiro Urussanga se destaca pelos referenciais arquitetônicos dos tempos da colonização, pela gastronomia típica, festas culturais e suas vinícolas, por ser o maior produtor de vinho do Estado.

Nas montanhas do roteiro da Serra Catarinense, com altitudes próximas aos 2.000 m e as temperaturas mais baixas do Brasil, a prática do turismo rural e suas fazendas centenárias proporcionam uma boa integração do visitante com a natureza. As cidades envolvidas são Lages, Urubici, São Joaquim, Bom Jardim da Serra, Urupema, Bocaina do Sul, Rio Rufino, Bom Retiro, Correia Pinto, Anita Garibaldi, Campo Belo do Sul, Capão Alto, Cerro Negro, Otacílio Costa, Paineira, Palmeira e São José do Cerrito (<http://www.santur.sc.gov.br/>).

Apesar de não fazer parte deste roteiro oficialmente, Urussanga acaba se beneficiando com o fluxo de turistas que vêm da serra em direção ao litoral sul e também pelos que circulam entre o Caminho dos Cânions (outro roteiro do sul do estado) e a Serra do Rio do Rastro. Aqui, o atrativo fica por conta da natureza da região e também pela história da imigração, contada através de seu patrimônio, festas, gastronomia e a vitivinicultura.





Fazendo uma análise do fluxo de turistas no município, a partir destes roteiros e de informações cedidas pela Diretoria de Turismo de Urussanga, temos a seguinte situação, ilustrada no mapa que segue:

— Fluxo pelo norte, com turistas vindos de Florianópolis e região, que sobem pela Serra do Corvo Branco com destino principalmente a Urubici e São Joaquim, descendo pela Serra do Rio do Rastro, passando por Orleães e Urussanga para chegar ao litoral e voltar para o norte, com visita a Laguna;

— Turistas gaúchos que costumam ir a Gravatal, na volta passam pela cidade e turistas de outros lugares do país que, hospedados em Gravatal, buscam o turismo rural na região.

— Fluxo pelo sul, dos turistas do sul do estado e do país que se deslocam em direção ao Planalto Catarinense e pelo movimento de turistas brasileiros e estrangeiros que circulam entre os Parques Nacionais dos Aparados da Serra(SC) e da Serra Geral(RS), onde se encontram o cânion de Itaimbézinho e Fortaleza, e a Serra do Rio do Rastro.

..... Há também um movimento, mesmo que menor, que se dá em função de duas estações de águas termais, Gravatal e Guarda, no município de Tubarão, que acaba trazendo os turistas para o município atraídos





pelas belezas naturais e pela cultura local. Circuito este que no passado foi muito marcante pela existência de um complexo turístico de águas termais no município e que possui reais possibilidades de ser revitalizado talvez num período próximo.

----- O movimento pelo interior região desde Nova Veneza, passando por Siderópolis e Treviso em direção a Orleans, é também estimulado pela gastronomia e história da colonização.

..... Raios de centralidade em que o município está localizado, numa equidistância entre a serra e o mar e num raio de 20 km de Criciúma ao sul, 20 km de Orleans ao norte, a 20 km de Morro da Fumaça a sudeste e a pouco mais de 20 km de Nova Veneza a sudoeste.

⇒ Percebe-se, a partir dessas análises, que o fluxo do movimento turístico na região acontece de maneira mais intensa do Norte para o sul.



(Fonte: A autora, baseado em www.santur.sc.gov.br)





Quanto aos atrativos e eventos, Urussanga possui uma diversificada opção, entre eles diversos eventos culturais que, segundo a diretoria de turismo do município, incrementam o turismo:

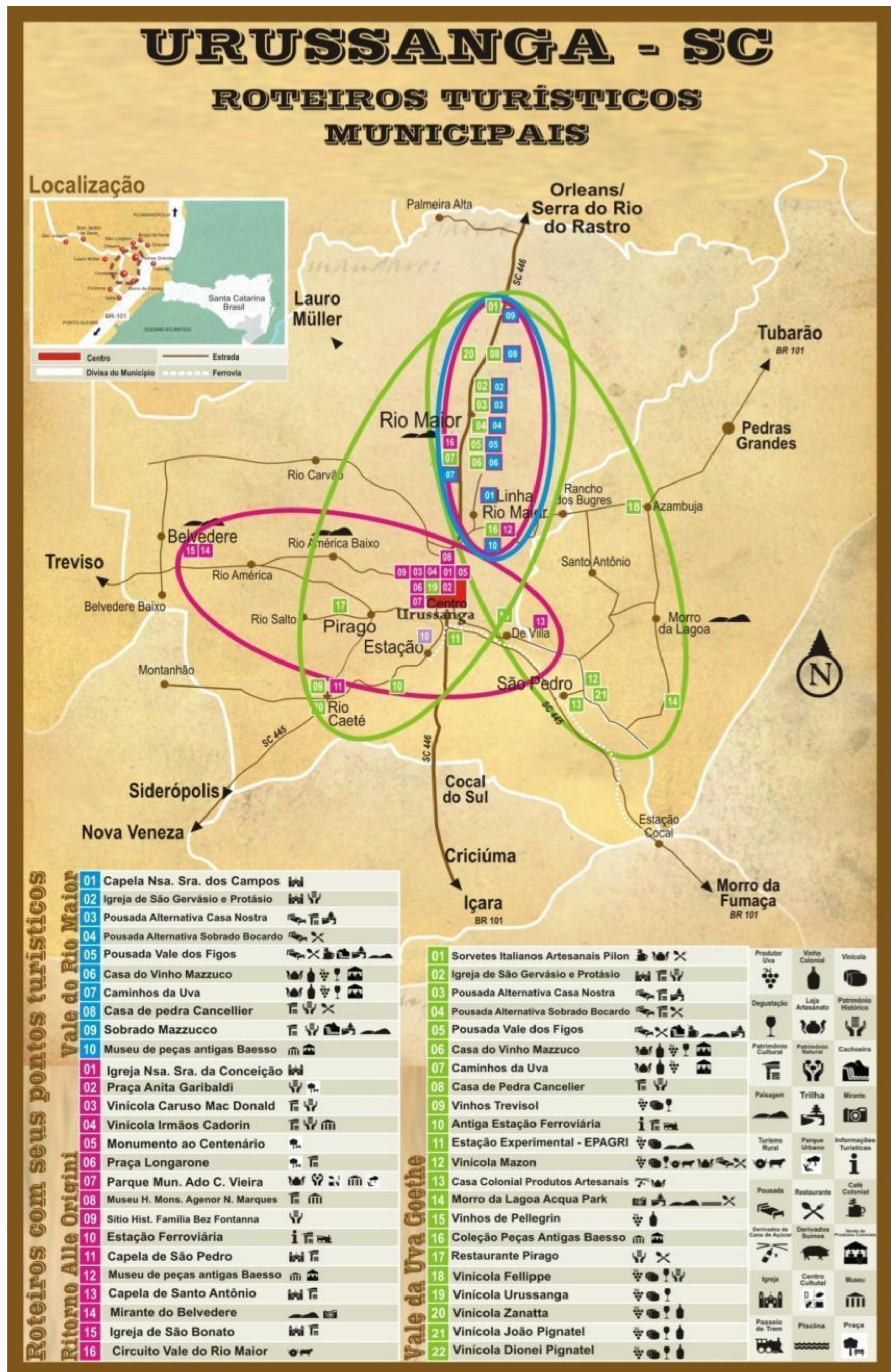
- Festa do Vinho: é a festa mais tradicional, realizada bianalmente nos anos pares
- Festa Ritorno Alle Origini: Realizada no Parque Municipal Ado Cacetari Vieira, nos anos impares, tendo como marco principal dia 26 de maio, data de fundação do município. É uma festa mais original da cultura tradicional italiana, realizada na região sul e tem como objetivo, o resgate e difusão dos valores culturais étnicos da comunidade italiana de Urussanga. Em paralelo se comemora o Gemellaggio com Longarone na Itália, oficializado em 1992 por meio da manifestação original da cultura tradicional Italiana.
- Moto Vinho: O Moto Vinho é um encontro de motociclistas de todo Brasil promovida anualmente no Parque Municipal,
- Concurso Nacional do Vinho Colonial;
- Feira de Arte e Artesanato;
- Baile do Rotary Club;
- Baile do Coral Santa Cecília;
- Baile da APAE;
- Feijoada do Lions;
- Enduro Estadual de Motocross;
- Campeonato Estadual de Tiro ao Prato;
- Feira da Agroindústria;
- Festa de Nossa Senhora da Conceição;
- Festas religiosas nas comunidades do interior do município;

Para um bom atendimento aos turistas e visitantes, o município possui uma infraestrutura turística que pode ser considerada satisfatória, com bons restaurantes e bons hotéis e pousadas, além de hospedagem alternativa descritas em edificações históricas no Rio Maior, que é um local vislumbrado nos três roteiros turísticos do município.

3.2. O Potencial Turístico do Rio Maior

Na organização turística do município, os três roteiros municipais, de acordo com a diretoria municipal de turismo são o Roteiro Ritorno Alle Origini, o Roteiro Vales da UvaGoethe e o Roteiro Vale do Rio Maior. As referidas atrações são destacadas no mapa a seguir:







- **Roteiro Vales da Uva Goethe** – Tem como atrativo principal o enoturismo, promovendo o contato com os produtores de uva e vinícolas artesanais e industriais, com serviços de degustação, gastronomia, hospedagem e atrações culturais. O destaque está na uva e vinhos Goethe, cuja região possui o título de Vales da Uva e do Vinho Goethe por ser, a região, a maior produtora desta espécie no país.
- **Roteiro Ritorno Alle Origini** – O enfoque é a história da colonização italiana da região no final do séc. XIX, tanto em suas paisagens e edificações rurais como nas marcas deixadas no centro urbano.
- **Roteiro Vale do Rio Maior** – Vivência de uma comunidade rural que possui um importante manancial de água potável da região, com um conjunto de edificações históricas rurais, do final do séc. XIX, preservadas bem como seu patrimônio cultural e a rica história de sua colonização.

O roteiro conta com atrações culturais, como a Festa de São Gervásio e Protásio, Festa de São João do Rio Maior, Grupo de Teatro Amador, Grupo de Máscaras, Grupo de contadores de estórias, dentre outras.



Grupo de Máscaras Italianas – grupo de teatro amador, implantado em 2003, composto por 11 máscaras representando as diversas regiões da Itália. (Foto: Cenilda Mazzucco)





Também o patrimônio arquitetônico é vivenciado com visitação e com a opção de hospedagem alternativa em alguns dos casarões históricos, como a Pousada alternativa Casa Nostra, a Pousada Recanto do Mel, e a Pousada do Sobrado Bocardo.



Antiga estrada, que passa ao lado da propriedade do Sobrado Mariano Mazzucco. (Foto: Arquivo Pessoal)



Quarto de uma das pousadas alternativas.
(Foto: Cenilda Mazzucco)

As paisagens que compõem o meio ambiente são valorizadas com trilhas, cavalgadas, cascatas, antigas estradas e mesmo com a paisagem local que, por si só, é o maior atrativo.





Segundo Mazzucco³, empreendedores locais estão acreditando e investindo no Vale do Rio Maior, e dá alguns exemplos: João Pelegrin que apostou no potencial turístico da região e instalou a Pousada Vale dos Figs; os jovens Paulo e Sibeile Pilon, com a experiência adquirida nas sorveterias italianas na Alemanha, implantaram em Rio Maior a sorveteria Pilon; Adgilmar Dezan que deu continuidade a experiência do pai na arte de fabricar salame e derivados; Jacioni Canever que ampliou os negócios do pai, com o empreendimento Caminhos das Uvas, quiosque com degustação e venda de produtos coloniais e artesanato; Jácomo Mazzucco e família, com a fabricação dos “Vinhos Mazzucco” e comercialização de produtos coloniais e frutas que é um destaque na região, além de outros negócios que atendem a demanda na região como fabricação de doces e salgados, pães, com perspectivas futuras de novos empreendimentos no agronegócio e lazer.

Bortolotto considera o Rio Maior, por seu potencial turístico étnico cultural, suas paisagens naturais, edificações e a hegemonia do povo, um exemplo a ser seguido por outras comunidades como Rio Caeté, São Pedro e Belvedere, que possuem também um grande potencial natural e cultural.

3.2.1. O meio ambiente



(Fonte: <http://www.valedosfigos.com.br/fotos>)

A localidade faz parte de uma APA – Área de Proteção Ambiental, criada pela Lei Municipal nº 1655, de 27/11/1998, (revogando a Lei Municipal nº 1170, de 05/12/1989, que criava a APP – Área de Preservação Permanente na Bacia do Rio Maior), que institui...

“a Área de Proteção Ambiental do Rio Maior - APA do Rio Maior, com objetivo de garantir a conservação de expressivos remanescentes de mata aluvial e dos recursos hídricos ali existente; melhorar a qualidade de vida da população residente através da orientação e disciplina das atividades econômicas locais; fomentar o turismo ecológico, a educação ambiental e a pesquisa científica; preservar o patrimônio cultural e arquitetural do meio rural, além de proteger espécies ameaçadas de extinção.”

(3) Cenilda Maria Mazzucco, 54 anos, Formação Superior em Administração, Presidente da ACRIMA – Associação Comunitária do Rio Maior e Secretária Executiva do Comitê da Bacia do Rio Urussanga.)





Textos elaborados pela diretoria da ACRIMA – Associação Comunitária do Rio Maior descrevem o local como uma região de colinas elevadas, com clima subtropical úmido, de verão quente, invernos amenos e chuvas bem distribuídas durante o ano, encontra-se inserida no ecossistema da Mata Atlântica. Nas encostas da Serra Geral, ainda se pode encontrar remanescentes naturais preservados, com uma grande diversidade de espécies da fauna e flora, e também ocorrência de locais com corte de espécies para extração de madeiras em fase de regeneração. Abrange toda a Microbacia do Rio Maior, desde a nascente até o encontro com o Rio Carvão, quando a água passa a ser imprópria para o consumo humano e o rio passa a ser denominado Rio Urussanga. Encontram-se nascentes e rios ainda preservados, além da formação um importante corredor ecológico numa distância de dezesseis quilômetros das escarpas da Serra Geral, favorecendo a biodiversidade da área.



(Foto: Cenilda Mazzucco)

Cachoeira no Rio Maior, na Pousada Vale dos Figs.



(Foto: Arquivo pessoal)

Porção do Rio Maior que corta a propriedade do Sobrado Mariano Mazzucco.





Estudos efetuados na área pela empresa MAGMA, apontam a presença de espécies de plantas, predominantes na Mata Atlântica como ingazeiros, palmitero (*euterpe edulis*), figueiras e outras. Os estudos detectaram a presença de 110 espécies, divididas em 86 famílias diferentes, sendo 53% destas vegetação primária e 47% vegetação secundária.



Figueira Centenária. (Foto: Arquivo pessoal)

Os animais, responsáveis pela polinização de 92% das espécies amostradas, são também responsáveis pela dispersão de sementes. Das espécies de animais presentes, identificadas pelo relatório da MAGMA, muitas são comuns nas regiões de Mata Atlântica, destacando-se o cachorro do mato, tatu-galinha, quati, mão pelada, cutia e outras. Foram identificadas também duas espécies de felinos silvestres classificados como vulneráveis na lista da fauna brasileira ameaçada de extinção (MMA 2003): gato-do-mato-pequeno (*Leopardus Tigrinus*) e o gato-maracajá (*Leopardus wiedii*).

Ainda conforme os levantamentos foram registrados vinte e uma espécies de peixes distribuídas em oito famílias.

Outro estudo da fauna local, realizado pela Pousada Vale dos Figs, através do Biólogo Alexandre Bianco, registrou 125 espécies de pássaros, entre eles a Coruja-buraqueira(A) uma das corujas mais comuns e conhecidas do Brasil, muito rara ou ausente em Áreas florestadas, o Limpa-folha-coroadado(B) , espécie sensível a distúrbios ambientais, desaparecendo em áreas fragmentadas, Maria-da-restinga(C) – Ave pouco estudada pela ciência, é uma espécie considerada ameaçada de extinção na categoria vulnerável, sendo o registro desta espécie no Rio Maior, o mais distante da costa atlântica encontrado no Brasil, o Patinho (E)– que vive no sub-bosque da mata, é comum até mesmo em pequenos fragmentos florestais, o Sabiá-laranjeira (E)– uma das aves mais comuns em quintais e pomares, o Saíra-militar(D) –espécie é muito comum na região sul





do país, a Saracura-do-mato(F), espécie que habita preferencialmente áreas de brejo, é comum encontrar a espécie no interior da mata, longe de qualquer área alagada, o Tangará(G), que vive no sub-bosque da mata, o Tucano-de-bico-verde(H) –a espécie de tucano mais comum na região, podendo formar grandes bandos com 20 ou mais Indivíduos, dentre outros importantes exemplares da fauna brasileira.



Fonte: <http://publicador.valedosfigos.com.br/fauna>

Segundo Mazzucco,

“Em Santa Catarina, restam poucos remanescentes de floresta primária da Mata Atlântica. Dentre as causas, destaca-se o desmatamento, a ocupação irregular do solo, a expansão imobiliária, obras estruturais, a expansão da agricultura, entre outras. Dentre os efeitos, destaca-se o desaparecimento de espécies na flora e na fauna, o aumento de áreas de risco, a alteração do equilíbrio do ecossistema local.



(Fonte: Magma – EIA-RIMA Setep)





A criação de Unidades de Conservação é um instrumento importante para a preservação dessas áreas, porém, observa-se que esses ecossistemas continuam sendo ameaçados pela ação humana, exigindo uma fiscalização mais rigorosa e uma melhor compreensão de sua importância por parte dos poderes atuantes na região.”

3.2.2. A arquitetura rural

No Rio Maior encontram-se preservados, vários exemplares da arquitetura construída pelos colonizadores italianos, algumas em madeira e outras em pedras extraídas na própria região. Estas propriedades, em sua maioria, passam de pai para filho desde a colonização.

De Luca(2007), identifica um patrimônio com grande significado histórico e muito diversificado, destacando quinze edificações rurais em Rio Maior com características marcantes imigração italiana, que são:

Propriedade de Iris M. de L. Cancelier
1890



(Fonte: Arquivo pessoal)

Propriedade de Terezinha Mazzucco



(Fonte: Arquivo pessoal)

Antiga feccularia de Vitório Mazzucco



(Fonte: Arquivo pessoal)





Propriedade de Idalino de L.Canever
1925



Propriedade de Antônio de L. Bocardo,
1921



Igreja de São Gervásio e Protásio,
1912



Antiga ferraria e marcenaria, 1927



Propriedade de Maria Adelaide Frol
Mazzucco , 1912



Propriedade de Ivanir Cancellier, 1909





Propriedade da EFASCE – Ente Friulano
Assistenza Sociale Culturale Emigrante, 1912



Propriedade de Silvino de Lorenzi
Cancelier (Pousada Casa Nostra, 1919)



Proprietário não identificado



Propriedade de Rômulo Mazzucco,
1912.



Propriedade de Lúcio Jordani,
aproximadamente 150 anos.



Propriedade de Nei Cancelier
Aproximadamente 130 anos.







Este conjunto arquitetônico se configura também como um importante atrativo turístico do local. As possibilidades de exploração deste patrimônio pelo turismo são ricas, pois retratam a história e guardam as marcas da colonização.

Deste conjunto, as cinco edificações destacadas, com suas respectivas fichas de informações do levantamento, são tombadas pelo Patrimônio do Estado de Santa Catarina, sendo duas delas pelo Patrimônio Histórico Nacional (IPHAN):

- **Igreja de São Gervásio e Protásio** – construída pelos imigrantes, em pedra arenito da região, foi inaugurada em 1912. Tombada pelo Decreto nº 3.464 de 23 de novembro de 2001. É Patrimônio Histórico Nacional.



Roteiros Nacionais de Imigração Santa Catarina										CIDADE: Urussanga	
CÓD.	URS093	informações inventário			<input checked="" type="checkbox"/> inv. 1983	<input checked="" type="checkbox"/> 2004/5	Imagens/ croquis				
Denominação: Igreja São Gervásio e São Protásio Propriet.atual: Mitra Diocesana Bairro/Estrada/Caminho: Rio Maior Endereço: Estrada Geral Rio Maior (SC 446) Ano construção: 1912 Técnica constr.: cantaria de pedra							inv. 1983				
Tombamento existente <input type="checkbox"/> MUN. <input checked="" type="checkbox"/> EST. <input type="checkbox"/> FED. <input type="checkbox"/> nenhum Tombamento proposto <input type="checkbox"/> MUN. <input type="checkbox"/> EST. <input checked="" type="checkbox"/> FED. <input type="checkbox"/> nenhum											
Descrição Imóvel: Importantíssimo exemplar da arquitetura religiosa em cantaria de pedra (pedra grez). Planta simplificada com campanário isolado. Único representante em seu gênero no Estado. Possui fachada principal com porta central de verga reta e sobre esta, um arco. Nas laterais as janelas em arco pleno com esquadrias de madeirade bandeira fixa e vidros coloridos. As portas possuem requadros de pedra e verga reta, com folhas almofadadas. O frontão rebocado e pintado de branco possui óculo central e pináculos de pedra de marcação de seus vértices.							2004/5				
Observações: Construtores: Francisco de Lorenzi Cancellier, Inácio Barzan, Cesar Oliver, Felipe de Lorenzi Cancellier e Olívio de Lorenzi.											
							Existência de levantamento <input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não acervo IPHAN				

(Fonte: Roteiros Nacionais da Imigração)





- **Casa de Ivanir Cancellier** – construída em 1909 pelos imigrantes Felice e Francesco Delorenzi Cancellier. Tombada pelo decreto nº 3.464 de 23 de novembro de 2001. É também Patrimônio Histórico Nacional.



Roteiros Nacionais de Imigração Santa Catarina				CIDADE: Urussanga	
CÓD. URS095	informações inventário	<input checked="" type="checkbox"/> inv. 1983	<input checked="" type="checkbox"/> 2004/5	Imagens/ croquis	
Denominação: Casa CANCELLIER, Ivanir				inv. 1983	
Propriet.atual: Ivanir Cancellier					
Bairro/Estrada/Caminho: Rio Maior					
Endereço: Estrada Geral Rio Maior (SC 446)					
Ano construção: 1909		Técnica constr.: alvenaria autoportante		2004/5	
Tombamento existente		<input type="checkbox"/> MUN. <input checked="" type="checkbox"/> EST. <input type="checkbox"/> FED. <input type="checkbox"/> nenhum			
Tombamento proposto		<input type="checkbox"/> MUN. <input type="checkbox"/> EST. <input checked="" type="checkbox"/> FED. <input type="checkbox"/> nenhum			
Descrição Imóvel:					
Edificação rural térrea com sótão, em alvenaria rebocada sobre base de pedra aparente. Possui cobertura em duas águas com cumeeira paralela a fachada principal e beiral com cimalha em cantaria. Cantaria de pedra arenito nos requadros das aberturas externas, salientando a singular portada em cantaria de pedra com verga reta e sobrecarga triangular com fecho tradicional. Planta tradicional com circulação central. Há 4 anos foi feita uma reforma na cozinha situada nos fundos da edificação.					
Observações:				Existência de levantamento	
Construída por Guerino Cancellier. Primeiro proprietário: Felice de Lorenzi Cancellier.				<input type="checkbox"/> sim <input checked="" type="checkbox"/> não	
				acervo IPHAN	

(Fonte: Roteiros Nacionais da Imigração)





- **Casa de Pedra Cancelier** – Construída pelo imigrante Francesco Delorenzi, foi inaugurada em 1907. Em 1999 foi totalmente restaurada e hoje abriga a sede da Associação de Descendentes Friulanos de Urussanga. Tombada pelo Decreto nº 3.464 de 23 de novembro de 2001.



Roteiros Nacionais de Imigração Santa Catarina										CIDADE: Urussanga	
CÓD. URS096		informações inventário			<input checked="" type="checkbox"/> inv. 1983	<input checked="" type="checkbox"/> 2004/5	Imagens/ croquis				
Denominação: EFASCE (Entre Friulani Assistenza Sociale Emigranti)							inv. 1983				
Propriet.atual: Iraci de Lorenzi Cancelier											
Bairro/Estrada/Caminho: Rio Maior											
Endereço: Estrada Geral Rio Maior (SC 446)											
Ano construção: 1912		Técnica constr.: cantaria de pedra					2004/5				
Tombamento existente		<input type="checkbox"/> MUN.	<input checked="" type="checkbox"/> EST.	<input type="checkbox"/> FED.	nenhum						
Tombamento proposto		<input type="checkbox"/> MUN.	<input checked="" type="checkbox"/> EST.	<input type="checkbox"/> FED.	nenhum						
Descrição Imóvel:											
<p>Construída em alvenaria de pedra aparente externamente rebocada no interior. Possui cobertura em duas águas, apresentando o beiral e cimalha em cantaria. Edificação térrea com sótão, apresenta planta retangular dividida em duas metades por uma parede de pedra, separando a residência composta de dormitórios e sala-cozinha, da ferraria, carpintaria e depósito de vinho. As aberturas dos requadros em madeira, vergas retas e fechamento em folhas de madeira.</p>											
Observações:							Existência de levantamento				
Primeiro proprietário: Francisco Fiori de Lorenzi Cancelier. Atualmente é sede da EFASCE, foi restaurada há poucos anos com cozinha e banheiros (construídos em madeira) situados nos fundos da edificação							<input type="checkbox"/> sim <input checked="" type="checkbox"/> não				
							acervo IPHAN				

(Fonte: Roteiros Nacionais da Imigração)





- **Sobrado de propriedade de Rômulo Mazzucco** – Construída em duas etapas pelo imigrante Mariano Mazzucco. A primeira parte, em alvenaria, data do final do século XIX, abrigava atividade de comércio no pavimento térreo e residência da família no pavimento superior. A segunda foi finalizada no ano de 1912. Tombada pelo Decreto nº 3.464 de 23 de novembro de 2001.

Roteiros Nacionais de Imigração Santa Catarina										CIDADE: Urussanga	
CÓD. URS097		informações inventário			<input checked="" type="checkbox"/> inv. 1983	<input checked="" type="checkbox"/> 2004/5	Imagens/ croquis				
Denominação: Sobrado Familia Mazzucco Propriet.atual: Rômulo Mazzucco Bairro/Estrada/Caminho: Rio Maior Endereço: Estrada Geral Rio Maior (SC 446) Ano construção: final séc. XIX Técnica constr.: alvenaria autoportante							inv. 1983				
Tombamento existente <input type="checkbox"/> MUN. <input checked="" type="checkbox"/> EST. <input type="checkbox"/> FED. <input type="checkbox"/> nenhum Tombamento proposto <input type="checkbox"/> MUN. <input checked="" type="checkbox"/> EST. <input type="checkbox"/> FED. <input type="checkbox"/> nenhum											
Descrição Imóvel: a casa de dois pavimentos foi construída em duas etapas. A primeira, no final do século XIX em alvenaria abrigando a atividade de comércio no pavimento térreo e residencial no superior. a parte mais nova, construída por volta de 1922 serve para fins residenciais. Trata-se de uma edificação bastante austera onde tem-se que destacar o trabalho das cimalthas e os requadros das aberturas que na parte mais nova são de argamassa, na mais antiga são de madeira. Nas empenas laterais apresenta lambrequins de madeira, acompanhando o beiral.							2004/5				
Observações: Construída em duas etapas: a primeira no final do século XIX e a segunda em 1922. Primeiro proprietário foi Mariano Mazzucco. Construtor foi Jacinto Canória.											
							Existência de levantamento				
							<input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não				
							acervo IPHAN				

(Fonte: Roteiros Nacionais da Imigração)





- **Sobrado de propriedade de Antônio de Lorenzi Bocardo** – edificada por Pedro Bocardo em 1921 é totalmente residencial. Hoje é a residência do proprietário e serve como ousada alternativa. Como atrativo ainda possui uma chaminé construída em 1950 para uma usina de açúcar que havia no local. Tombada pelo decreto nº 3.464 de 23 de novembro de 2001.

Roteiros Nacionais de Imigração Santa Catarina										CIDADE: Urussanga	
CÓD. URS091		informações inventário		<input checked="" type="checkbox"/>	inv. 1983		<input checked="" type="checkbox"/>	2004/5		Imagens/ croquis	
Denominação: Sobrado Família BOCARDO Propriet.atual: Antoninho de Lorenzi Bocardo Bairro/Estrada/Caminho: Rio Maior Endereço: Estrada Geral Rio Maior (SC 446, Km 12) Ano construção: 1921 Técnica constr.: alvenaria autoportante											
Tombamento existente		<input type="checkbox"/> MUN.	<input checked="" type="checkbox"/> EST.	<input type="checkbox"/> FED.	<input type="checkbox"/> nenhum						
Tombamento proposto		<input type="checkbox"/> MUN.	<input checked="" type="checkbox"/> EST.	<input type="checkbox"/> FED.	<input type="checkbox"/> nenhum						
Descrição Imóvel: Possui planta retangular e cobertura em duas águas com cimbalhas de tijolos em diagonal, apresentando cunhais na fachada principal e lambrequim nos beirais. Sofreu reformas mas mantém a planta retangular original com algumas adaptações. Sequência de abertura de vergas retas e esquadrias em madeira maciça almofadada. Bela implantação a beira de um gramado. Ainda mantém a antiga instalação do alambique com chaminé que se sobressai na paisagem (hoje desativada). Encontra-											
Observações: Primeiro proprietário foi Agostinho de Lorenzi Cancellier. Oferece serviço de pousada.											
										Existência de levantamento	
										<input type="checkbox"/> sim	<input checked="" type="checkbox"/> não
										acervo IPHAN	

(Fonte: Roteiros Nacionais da Imigração)





3.2.3. A Organização Social

A comunidade local possui uma forte organização através da Associação Comunitária de Rio Maior (ACRIMA), promovendo projetos e ações em defesa do meio ambiente, do desenvolvimento do turismo rural e da economia local.

Mazzucco, presidente da ACRIMA desde 2003 fala, em entrevista, de sua gratificação tanto na interação com os moradores, como, principalmente, por comprovar que, pelo associativismo comunitário é possível desenvolver uma série de atividades e ações para conquistar melhor qualidade de vida para todos. Segundo ela, foram muitas as conquistas para o bairro, o que nos prova que vale a pena se doar um pouco para o bem de todos.

Segundo Mazzucco, os projetos desenvolvidos pela associação visam melhorias dos espaços destinados a suporte turístico, preservação e recuperação de elementos de valor histórico, incentivo a produção artesanal com ações de capacitação dos moradores para os ofícios locais e para atividades em auxílio do desenvolvimento turístico e econômico, apoio a grupos culturais, ações de preservação e recuperação do meio ambiente, divulgação do potencial turístico local, melhoria de estrada, eventos artísticos, gastronômicos e culturais, bem como a participação em vários conselhos municipais como COMDEMA – Conselho Municipal do Meio Ambiente, COMTUR – Conselho Municipal de Turismo, COMUR – Conselho do Município de Urussanga, COMDEUR – Conselho do Desenvolvimento Econômico de Urussanga, no Conselho Consultivo no Comitê Gestor da bacia Hidrográfica do Rio Urussanga e uma marcante participação na elaboração do Plano Diretor Participativo do município.



Curso de massas e molhos italianos que depois foi repassado para mais 30 moradoras da comunidade. (Foto: ACRIMA)



Participação da comunidade nas reuniões comunitárias de elaboração do Plano Diretor Participativo. (Foto: ACRIMA)



Mesa de café colonial promovido pela associação de moradores. (Foto: ACRIMA)





Apresentações culturais na sede da associação comunitária. (Foto: ACRIMA)



Evento comunitário de recreação infantil. (Foto: ACRIMA)



Jantar dançante promovido pela associação de moradores. (Fonte: ACRIMA)

Ao falar dos movimentos de desenvolvimento local, Cenilda ressalta:

“Temos buscado através da associação, cursos de Turismo Rural, Gastronomia Italiana, Paisagismo e Jardinagem, Boas Práticas no Manuseio dos Alimentos, de Empreendedorismo e outros. Muitos despertaram e viram que ali mesmo, em Rio Maior, poderiam explorar atividades ligadas ao turismo; alguns já iniciaram seus negócios, mas muitos aguardam cessarem as ameaças degradantes existentes e outros já desistiram e estão se mudando para outro lugar. Se algo não for feito algo urgente, para que os descendentes continuem morando no local, veremos morrer toda uma cultura que vinha sendo preservada por mais de cem anos.”

Bortolotto ressalta a importância do movimento da comunidade local contrário às explorações econômicas que ameaçam o local. Coloca a manifestação deste grupo em defesa da preservação de seu meio ambiente.





3.2.4. A Economia Local

A economia em Rio Maior, hoje, é diversificada, identificando-se atividades econômicas próprias do meio rural e também atividades de exploração por empresas privadas. Segundo dados cedidos por Fernando Preve⁴, são estas atividades de mineração de diabásio e argila, depósito de explosivos, indústria de plásticos, madeireiras e produção de pallets (estrado de madeira utilizado para movimentação de cargas), fábrica de móveis, avicultura de corte, fábrica de conservas, fruticultura (uva, pêssago, ameixa, figo, banana), bovinocultura de corte e leite, produção de vinhos e derivados da uva, produção de fumo, plantio de palmeira real australiana, produção de hortaliças, horto florestal, sorveteria, salameria, pousada e restaurante.

Para Preve, o incentivo à fruticultura, principalmente a uva, a produção de palmeira real, a produção de vime para artesanato e a bovinocultura de leite são os potenciais pouco explorados pela região que tem a viabilidade de possíveis investimentos econômicos posta em dúvida, pela presença da exploração de diabásio no local, atividade que necessita de detonações com explosivos para o desmonte de rochas, causando poluição sonora e atmosférica.

Ao percorrer a região vê-se também a comercialização de produtos coloniais e artesanais em pequenos estabelecimentos dispostos ao longo da Rod. SC 446, quiosques com sucos de uva, caldo de cana, vinho, petiscos coloniais e outros atrativos rurais afins.

Cenilda Mazzucco coloca sua opinião em relação ao desenvolvimento da região:

“Está faltando uma visão dos gestores públicos em estabelecer um plano de desenvolvimento para a área, valorizando e protegendo toda essa riqueza que temos em nossas mãos, estabelecendo normas de uso e ocupação de solo de forma a proteger as ameaças que pairam sobre a área, evitando a exploração de atividades degradadoras. É preciso estimular a permanência dos filhos nas propriedades para que não se perca toda essa cultura que permanece viva há mais de cem anos. Mas isso só é possível se oferecermos aos jovens a oportunidade de ali mesmo, em Rio Maior, desenvolver atividades para o seu sustento e dar esperança de um futuro melhor.

Acredito que isso é possível através do desenvolvimento do turismo de forma ordenada.”

No ponto de vista de Bortolotto, se trata de uma área de grandes conflitos, pois além do grande interesse para o turismo rural, também possui potencial para o desenvolvimento industrial, pela facilidade de acesso, disponibilidade de áreas sem uso e pelo interesse de investidores em se estabelecerem no local. Então a comunidade que preza pela preservação e valorização dos bens materiais e imateriais, sempre terá conflitos com os interesses econômicos.

(4) Fernando Damian Preve Filho, 46 anos, Formação Superior em Agronomia, especialização em Produção de Ruminantes e em Agregação de Valor aos Produtos da Agricultura Familiar. Engenheiro Agrônomo da EPAGRI em Urussanga, SC.





4. Alternativas para a Sustentabilidade

4.1. O conflito local: a mineração X a preservação

No Brasil, a Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000 – SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação, em seu art 2º, define conservação da natureza como sendo:

“... o manejo do uso humano da natureza, compreendendo a preservação, a manutenção, a utilização sustentável, a restauração e a recuperação do ambiente natural, para que possa produzir o mesmo benefício, em bases sustentáveis, às atuais gerações, mantendo seu potencial de satisfazer as necessidades e aspirações das gerações futuras, e garantindo a sobrevivência dos seres vivos em geral.”

Esta lei visa ordenar as áreas protegidas nos níveis federal, estadual e municipal, definindo Manejo como atividade e gerenciamento dos recursos naturais e dividindo as áreas de manejo em diferentes categorias de Unidades de Conservação, a saber: Área de Proteção Ambiental; Área de Relevante Interesse Ecológico; Floresta Nacional; Reserva Extrativista; Reserva de Fauna; Reserva de Desenvolvimento Sustentável; e Reserva Particular do Patrimônio Natural.

A definição destas categorias na legislação brasileira representa o compromisso da política ambientalista de caráter público de reconhecer não só a presença de populações no interior das Unidades de Conservação, mas também o conflito, como parte do processo decisório dos manejos permissíveis na Unidade de Conservação. (Lei nº 9.985 de 18/07/2000, Art. 14).

A Lei determina que, por serem áreas constituídas por terras públicas e privadas, as APAs - Áreas de Proteção Ambiental, além de proteger a diversidade biológica, confere a um conselho o poder de disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais. Cabe ao Conselho estabelecer normas e restrições para utilização de uma propriedade privada localizada em uma Área de Proteção Ambiental.

Anterior a esta Lei, a Constituição de 1988 torna o município competente para legislar sobre o uso e ocupação do solo. No entanto, percebe-se claramente que a degradação do ambiente é, hoje, aceita e por vezes apoiada pelos poderes públicos e econômicos.

Dentro da cadeia produtiva é importante reconhecer a necessidade da atividade extrativista na sociedade moderna, onde os bens minerais são imprescindíveis tanto para o consumo como também na economia. A mineração pode sim gerar crescimento e desenvolvimento de maneira sustentável desde que gere bem estar socioeconômico e preserve o ambiente onde atua. Estudos a esse respeito observam que a atividade de mineração compensa desde que produza riqueza e ofereça





condições que superem a exploração dos recursos naturais, visto que estes são finitos e que a sua exaustão causa impactos entre os interesses da geração atual e das gerações futuras.

Bez Fontana⁵ ao discorrer sobre este tema argumenta que não podemos ser contrários às explorações econômicas apenas por discordarmos, é necessário fundamentar por que o somos... Devemos ser contrários à forma de exploração.

Estas palavras nos levam a pensar nos conflitos gerados pela exploração mineral sem os devidos cuidados ambientais.

Falamos então, aqui, do conflito da atividade de mineração no município de Urussanga, mais precisamente na localidade de Rio Maior, uma APA – Área de Preservação Ambiental.

A fim de contextualizar a situação atual, é fundamental registrar que as atividades de exploração carbonífera na região, iniciadas na década de 1940, tiveram conseqüências pouco promissoras para o município. Tinha-se a impressão de que aquela seria a alternativa para a sustentabilidade, que as riquezas geradas impulsionariam o desenvolvimento das cidades. Atraídos pelos salários razoáveis, e promessa de emancipação financeira rápida, muitos homens do campo substituíram sua atuação na lavoura pela da mineração. A atividade de mineração produziu um alto impacto ambiental, além de deixar para os trabalhadores sérios comprometimentos à saúde, uma mão de obra sem outra qualificação e uma qualidade de vida prejudicada pela degradação de seu ambiente, o solo empobrecido e a qualidade do solo e de suas águas, não só as superficiais, mas, também as subterrâneas, comprometidas. Verdadeiros crimes ambientais permitidos com a argumentação da necessidade da exploração econômica da região, onde a população e o meio ambiente herdaram o passivo deixado, enquanto as riquezas não passaram de ilusão.

Ao constatar que a mineração gera uma falsa expectativa sobre o futuro, Bez Fontana faz um comparativo entre as regiões de Pedras Grandes, onde não houve exploração mineral e a região de Rio Carvão e Santaninha, avaliando o processo de formação dessas comunidades, o modo de vida das famílias hoje, seu bem estar, suas perspectivas e seus projetos de futuro. Constata que na região em que houve no passado a exploração mineral, o povo é pouco empreendedor, as pessoas se acham pouco capazes, com pouca qualificação e boa parte delas limita-se apenas como mão de obra para a indústria, enquanto a população que não passou por este processo, apresenta perspectivas positivas, são mais dinâmicas e empreendedoras.

Bortolotto coloca o passivo que o carvão deixou para a região, que até hoje continua a poluir os rios e solo, como a resposta de um período da história de Urussanga que, apesar de haver contribuído com o desenvolvimento econômico por um período, foi o maior responsável pela degradação ambiental do município.

(5) Renato Bez Fontana, Engenheiro Agrônomo, com especialização em Agroecossistemas. Gerente Regional da EPAGRI DE Criciúma-SC e Vice Presidente do Comitê da Bacia do Rio Urussanga.





Hoje a experiência parece se repetir, porém, com uma população mais consciente e brigando por seus direitos, por qualidade de vida e respeitando o seu entorno natural. A localidade de Rio Maior possui uma economia rural baseada, segundo Preve, na agricultura familiar, avicultura de corte, bovinocultura de corte e leite, produção de vinhos, pousadas, restaurantes e pequenas e médias indústrias. Porém a área tem sofrido agressões ambientais com atividades de mineração, britagem e usinagem de asfalto, bem como extração de argila, por parte de empresas que atuam dentro da Área de Proteção Ambiental, colocando em dúvida, inclusive, ainda segundo Preve, a viabilidade de possíveis iniciativas econômicas, diante da perspectiva de serem impactadas também pelas atividades degradadoras.

De acordo com Mazzucco, os principais impactos identificados pela comunidade na região são a poluição atmosférica e sonora produzidas pela mineradora, rachaduras progressivas nas edificações, poluição e assoreamento das águas, redução da vazão das águas e das nascentes, ploriferação do mosquito borrachudo, dentre outras.

A APA do Rio Maior se localiza na Bacia Hidrográfica do Rio Maior, uma das mais poluídas do Brasil pelos dejetos da mineração, além de outras atividades como extração de argila, areia, cascalho e fluorita.(Nascimento, 2010).

A importância das ações de preservação desta área se dá, também, pelo fato de que o Rio Maior, principal rio da bacia, ainda esteja preservado e de este ser a única reserva de água limpa do município. Nascimento(2010) destaca em sua tese de doutorado a imagem do encontro das águas do Rio Maior, de águas limpas, com o Rio Carvão com suas águas comprometidas.

A comunidade, organizada através da ACRIMA – Associação Comunitária do Rio Maior, fundada em 1992, preocupada com o futuro da região, iniciou um movimento que, há anos, tenta cessar as atividades degradantes dentro da Área de Proteção.

Nascimento(2010) narra este movimento de acordo com a cronologia:



(Fonte: Tese de Doutorado - Daniel Trento do Nascimento. Extraído de Jornal Vanguarda -2008)





- Em 1995, desde que a Prefeitura Municipal de Urussanga emitiu uma declaração favorável à instalação de mineradora e de usina de asfalto alegando que a ação não feria nenhuma lei municipal, a ACRIMA alertou a FATMA – Fundação de Amparo ao Meio Ambiente - sobre a Lei Orgânica Municipal e sobre a Lei nº 1170 que criou a APP do Rio Maior, tendo do referido órgão ambiental a alegação de que as atividades foram licenciadas após declaração positiva da prefeitura,
- No ano seguinte, em 1996, a mesma Fundação concedeu licença para a atividade de britagem por 12 meses e a prefeitura licenciou a exploração de basalto por 20 anos, numa área de 39 hectares. O conflito então passou a gerar polêmica em todo município e região, visto que a luta dos moradores pela conservação dos recursos naturais, históricos e culturais, bem como qualidade de vida, entraram em confronto com os interesses econômicos da empresa de extração.
- Após a instalação da usina de asfalto, em julho de 1996, junto às atividades de britagem, a FATMA imediatamente emitiu licença de extração de rochas por 12 meses. Em setembro do mesmo ano o órgão emitiu um laudo confirmando que o local se encontrava na bacia do Rio Urussanga, de onde era feita captação de água e, em se tratando também de uma APP, em novembro seguinte embargou as instalações da usina. No mesmo mês, outro laudo, do mesmo órgão, desta vez assinado por apenas um profissional da Gerência Regional de Criciúma (Gefis), concedia nova licença à empresa, dizendo o seguinte:

“Em que pese às restrições contra o empreendimento, localizado dentro de bacia hidrográfica a montante de captação de água da SAMAE, Área de Preservação Permanente declarada pelo município, área de mananciais e a falta de licenciamento ambiental do objeto, sob o ponto de vista de risco, a usina de asfalto da SETEP é uma planta segura, inexistindo qualquer restrição à sua instalação. (FATMA, 1996)” (Nascimento, 2010)

A SETEP Construções Ltda, empresa citada acima, foi criada em 1970. Atua nas áreas de construção rodoviária, engenharia civil, engenharia de agrimensura e produção e vendas de massa asfáltica e material britado. Possui diversas unidades, sendo que a de Urussanga, é composta por uma usina de concreto asfáltico e por unidades de produção de britas.(www.setep.com.br)

A empresa adquiriu esta unidade no ano de 1996, da empresa Geotécnica Geologia e fundações Ltda, que operava desde 1987. Como já citado, a empresa possui em Rio Maior uma





licença para exploração, concedida pelo DNPM, de uma área de 39 hectares.

- Seguindo a cronologia descrita por Nascimento (2010), em novembro de 1998 a Câmara Municipal de Vereadores aprovou o Projeto de Lei de autoria do então vereador Luiz Antônio Fabro, originário no Rio Maior, instituindo a APA – Área de Proteção Ambiental do Rio Maior.

Faz-se importante contextualizar aqui que nessa mesma época havia uma ação de Tombamento, pelo Patrimônio Histórico de Santa Catarina, de cinco imóveis rurais na localidade, que teve seu decreto assinado em novembro de 2001.

- Confirmando estes fatos, Mazzucco (2010) conta que em 2002, com a empresa ainda em funcionamento, a ACRIMA encaminhou à FATMA e à SETEP, um abaixo assinado pelas famílias do Rio Maior solicitando uma verificação nos danos causados às edificações desde o início da exploração em questão, além dos demais danos causados ao meio ambiente. Os danos percebidos pela comunidade referem-se à poluição atmosférica, ruído elevado, rachaduras nas edificações, redução das águas, desaparecimento de nascentes, dentre outros. Aliada a ACRIMA, a SAMAE- Sistema Autônomo Municipal de água e Esgoto emitiu declaração de que o volume das águas do local havia diminuído significativamente, conseguindo com que a Polícia Ambiental fizesse uma vistoria nas atividades da empresa, quando foram detectadas irregularidades nas operações, levando o IBAMA a embargar e interditar as atividades em maio de 2003. Ainda no mesmo ano a câmara de vereadores realizou uma audiência pública com a participação dos órgãos ambientais, DNPM, SAMAE, FCC E PMU, tornando pública a questão e a gravidade da situação. Por solicitação da ACRIMA, a mineradora iniciou um programa de monitoramento na região elaborando um Relatório de Controle Ambiental, apresentado à FATMA. (Nascimento, 2010)
- Em novembro de 2003, a ACRIMA encaminhou estas denúncias ao Ministério Público Federal, que para tentar resolver a situação, firmou um Termo de Ajuste de Conduta por parte da SETEP, onde se comprometia a contratar equipe indicada pela UNESC para realizar um estudo sobre as consequências das atividades na área.
- Nascimento continua relatando que, no início de 2004, tanto a FATMA quanto a Prefeitura Municipal emitiram declarações para fins de renovação de licenciamento, sendo que em abril daquele ano a mineradora voltou a operar com prazo de mais 12 meses. A UNESC – Universidade do Extremo Sul Catarinense apresentou seu Relatório Técnico Ambiental em novembro de 2004, repassado para a comunidade em audiência pública, sendo o mesmo bastante questionado quanto à veracidade de algumas afirmações.
- Vendo que a empresa não estava cumprindo os termos do TAC – Termo de Ajuste e Conduta, a ACRIMA em parceria com o MPF – Ministério Público Federal, em junho de 2005 entrou com uma Ação Civil Pública contra a SETEP, PMU, FATMA e DNPM, no intuito de conseguir a anulação das licenças concedidas pelas mesmas, sendo que em maio de 2006, conforme Nascimento, a Justiça Federal determinou a paralisação das atividades, suspendendo as licenças e alvarás. No mesmo mês a empresa entrou com recurso, sendo que os municípios da AMREC se mobilizaram para





contribuir para a continuidade de tais atividades, emitindo ao governo do estado e à imprensa uma carta mostrando suas preocupações com a paralisação dos trabalhos e se declarando favoráveis às atividades, enquanto funcionários da empresa organizaram uma manifestação em frente à sede da ACRIMA.

Nascimento coloca o fato de que, a essas alturas, havia já uma polêmica muito grande sobre o conflito, sendo atribuído à paralisação das atividades apenas o movimento contrário de comunidade, e não o fato concreto das irregularidades das atividades.

- Em 2006 começam os trabalhos de elaboração do Plano Diretor Participativo do município, que teve a participação efetiva da comunidade, onde a ACRIMA esteve presente com seus representantes em todas as etapas dos trabalhos, acompanhando de perto e defendendo os interesses do bairro para o município. Em 2008 o PDP foi aprovado na Câmara de Vereadores, porém, o texto não está de acordo com o que foi aprovado em audiência pública, justamente nos capítulos que dizem respeito a Área Rural III e a APA do Rio Maior. O Ministério Público Estadual sugeriu que o Poder Executivo enviasse o texto para ser corrigido pela Câmara dos Vereadores, porém, esta rejeitou a proposta.

No decorrer do conflito, a justiça determinou que a SETEP apresentasse um EIA/RIMA – Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental, até janeiro de 2009. Segundo Mazzucco (2010), o referido estudo foi apresentado em audiência pública em setembro de 2009 e concluía que as atividades da SETEP não apresentam riscos ao meio ambiente. A comunidade protestou e pediu reavaliação de muitos pontos do relatório.

- Em novembro de 2009, a Justiça Federal determinou a paralisação das atividades da empresa e a condenou a reparar os danos causados às cinco edificações tombadas pelo Patrimônio Histórico de Santa Catarina, anulando também as licenças ambientais e o alvará municipal.
- No início do exercício do ano de 2010, tanto a FATMA, quanto a Prefeitura Municipal novamente emitiram seus pareceres favoráveis às atividades. Novamente a ACRIMA busca esclarecimentos sobre as condições que viabilizaram estas ações, alegando não ter tido acesso aos pareceres emitidos.

Ainda não se sabe o desfecho deste embate, mas, podem-se destacar questões importantes dentro deste contexto.

O saldo positivo de toda esta movimentação é sem dúvida a força que uma comunidade possa ganhar com união e determinação diante de ameaças. Unida em defesa de seu território, conquistou pequenas (ou grandes) vitórias que, aos poucos, vão tomando maiores dimensões e transformando a consciência da população quanto ao potencial e a importância da preservação da área para o futuro da região. Por outro lado, vemos a força que o poder econômico e político têm sobre as questões, exercendo pressão sobre decisões, ignorando as consequências, desconsiderando valores considerados primordiais ao bem estar e à vida de uma comunidade inteira e se sobrepondo inclusive aos princípios do direito ambiental e as responsabilidades dos gestores públicos.





É incontestável a influência negativa desta área no processo de desenvolvimento do turismo local, porém, é de fundamental importância considerar a realidade atual, dentro de um planejamento urbano e social, para a previsão de futuras intervenções no local quando do final do ciclo de exploração descrito. No país e no mundo há situações semelhantes a esta e se percebe cada vez mais a preocupação com o tratamento de áreas degradadas, com a preocupação na recuperação, revitalização e reutilização destas com vistas a melhoria na qualidade de vida nestes locais. Vários exemplos deste tipo de intervenção podem ser citados, fortalecendo a proposta de revitalização futura da área em questão, com o objetivo de se integrar na atividade turística no Rio Maior.

Um importante exemplo em nosso país é Pedreira Paulo Leminski, em Curitiba – PR. O Parque das Pedreiras, inaugurado em 1992, no local de uma antiga pedreira, é um espaço cultural envolvido por lagos, cascatas e mata de araucárias. Encontramos ali o teatro Ópera de Arame, construído em estrutura tubular e teto transparente, o Espaço Cultural Paulo Leminski, onde obras, fotos e histórias do poeta e intelectual podem ser vistas e lidas e ainda um palco ao ar livre, que pode abrigar grandes apresentações. (<http://www.curitiba-parana.net/parques/pedreiras.htm>)



Vista aérea com a Ópera de Arame e o palco. (<http://www.curitiba-parana.net/parques/pedreiras.htm>)





O palco ao ar livre. (<http://www.curitiba-parana.net/parques/pedreiras.htm>)



O espaço cultural. (<http://www.curitiba-parana.net/parques/pedreiras.htm>)



Passarela de acesso ao teatro sobre o lago da pedra.
(<http://www.curitiba-parana.net/parques/pedreiras.htm>)



Teatro Ópera de Arame. (<http://www.curitiba-parana.net/parques/pedreiras.htm>)





Outros exemplos destas intervenções pelo mundo:



Pedreira transformada em parque urbano, Paderno Dugnano – Itália. (Fonte: Bastos e Silva)



Antiga pedreira transformada em piscina pública, St. Mary – Canadá. (Fonte: Bastos e Silva)



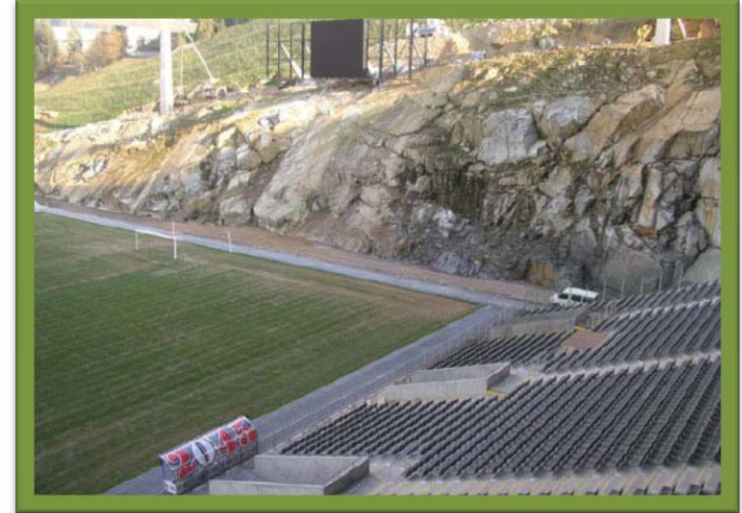


Edifício panorâmico sobre uma pedreira, Ohio – EUA. (Fonte: Bastos e Silva)



Anfiteatro e área de lazer numa antiga mina de carvão, Virgínia – EUA. (Fonte: Bastos e Silva)





Estádio Municipal de Braga, conhecido por "A Pedreira", Projectado pelo Arquitecto português Eduardo Souto Moura (Fonte: Bastos e Silva)





4.2. O Turismo como Alternativa para a Sustentabilidade Local

“Certo dia, Cuidado tomou um pedaço de barro e moldou-o na forma do ser humano. Nisso apareceu Júpiter e, a pedido de Cuidado, insuflou-lhe espírito. Cuidado quis dar-lhe um nome, mas Júpiter lho proibiu, querendo ele impor o nome. Começou uma discussão entre ambos. Nisso apareceu a Terra, alegando que o barro é parte de seu corpo e que, por isso, tinha o direito de escolher um nome. Gerou-se uma discussão generalizada e sem solução. Então todos aceitaram chamar Saturno, o velho deus ancestral, para ser árbitro. Este tomou a seguinte sentença, considerada justa: Você, Júpiter, deu-lhe o espírito: receberá o espírito de volta quando essa criatura morrer. Você, Terra, que lhe forneceu o corpo, receberá o corpo de volta, quando essa criatura morrer. E você, Cuidado, que foi o primeiro a moldar a criatura, acompanhá-la-á por todo o tempo em que viver. E como vocês não chegaram a nenhum consenso sobre o nome, decido eu: chamar-se-á homem, que vem de húmus, que significa terra fértil”.

Fábula do Cuidado (Higino-17,d.C.)

Podemos invocar o mito do Cuidado numa alegoria ao princípio básico da sustentabilidade, que, por sua vez, deve ser o princípio básico do planejamento turístico.

Várias definições para turismo sustentável surgiram ao longo do tempo e para a Organização Mundial do Turismo (1999):

“Turismo sustentável é a atividade que satisfaz as necessidades dos turistas e as necessidades socioeconômicas das regiões receptoras, enquanto a integridade cultural, a integridade dos ambientes naturais e a diversidade biológica são mantidas para o futuro.”

Nesta consciência de preservação do meio, o site www.sustentabilidade.org.br relaciona o conceito de sustentabilidade com aspectos econômicos, sociais, culturais e ambientais da sociedade humana, dizendo ser esta a forma com que a sociedade pode satisfazer suas necessidades expressando o seu potencial, preservando a biodiversidade e os ecossistemas naturais. Também entende o turismo como a atividade econômica com maior faturamento e maior número de pessoas empregadas no mundo, movimentando uma cadeia outros 50 setores econômicos. Esta grande movimentação de pessoas pode ser um grande instrumento econômico, de inclusão social, de geração de empregos e novos investimentos, mas, por outro lado, pode ser gerador de grandes impactos ambientais, sociais e econômicos.

Pensando no conflito entre turismo e conservação do meio ambiente, podemos entender o conceito de desenvolvimento sustentável representando uma tentativa de busca de qualidade de vida para a sociedade atual e gerações futuras, aliada ao desenvolvimento sócio-econômico. Portanto, convém buscar um turismo responsável e sustentável que respeite as singularidades locais e preserve o meio ambiente.





Falar em Sustentabilidade, a expressão da atualidade, implica na compreensão profunda de seu significado. A consciência ambiental que tem se criado nos últimos anos, em todo o planeta, tem induzido a uma busca por alternativas e práticas do turismo que valorizem e preservem o ambiente explorado. Nesta mobilização, o Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil - do Governo Federal, elenca sete princípios fundamentais para o turismo sustentável, que são:

“P1. RESPEITAR A LEGISLAÇÃO VIGENTE. O respeito à legislação vigente, em todos os níveis.

P2. GARANTIR OS DIREITOS DAS POPULAÇÕES LOCAIS. Com ações de responsabilidade social, ambiental e de equidade econômica, inclusive o respeito e a defesa dos direitos humanos e de uso da terra.

P3. CONSERVAR O AMBIENTE NATURAL E A SUA BIODIVERSIDADE. Adoção de práticas de mínimo impacto sobre o ambiente natural.

P4. CONSIDERAR O PATRIMÔNIO CULTURAL E VALORES LOCAIS. Respeito e reconhecimento ao patrimônio histórico-cultural das regiões e localidades receptoras e ser planejado.

P5. ESTIMULAR O DESENVOLVIMENTO SOCIAL E ECONÔMICO DOS DESTINOS TURÍSTICOS. Fortalecimento das economias locais, a qualificação das pessoas, a geração crescente de trabalho, o emprego, a renda e o fomento da capacidade local de desenvolver empreendimentos turísticos.

P6. GARANTIR A QUALIDADE DOS PRODUTOS, PROCESSOS E ATITUDES. Estabelecer, documentar, divulgar e reconhecer padrões de higiene, segurança, informação, educação ambiental e atendimento.

P7. ESTABELECE O PLANEJAMENTO E A GESTÃO RESPONSÁVEIS. Procedimentos éticos na gestão de negócios, com vista a engajar a responsabilidade social, econômica e ambiental de todos os integrantes da atividade. “

Para o Programa, estes princípios buscam alcançar quatro objetivos fundamentais na relação Turismo e Sustentabilidade: sustentabilidade ambiental, sustentabilidade econômica, sustentabilidade sociocultural e sustentabilidade político-institucional. Sendo Sustentabilidade sociocultural a melhoria da qualidade de vida e promoção de inclusão social visando à preservação da cultura e dos valores morais da população, fortalecendo a identidade da comunidade. Neste princípio é indispensável à valorização do patrimônio cultural e histórico, preservação dos costumes locais e o resgate das tradições e da cultura popular. Sustentabilidade econômica garante a equidade na distribuição dos benefícios gerados por este desenvolvimento, garantindo a continuidade para as gerações futuras. Por fim, a Sustentabilidade político-institucional, que se refere à continuidade, de gestão em gestão, das parcerias e dos compromissos estabelecidos entre os diversos agentes governamentais e não governamentais, além da sociedade civil.

Pode-se entender, então, que o turismo deve ser um fator de desenvolvimento, baseado na conservação de ecossistemas, paisagens, edificações, história, valores, tradições e culturas, sendo um instrumento importante para a integração de grupos e comunidades, a fim de despertar o interesse destas pessoas neste processo, criando um ciclo entre comunidade, meio e turistas, em que um alimenta o outro de modo equilibrado.





Guimarães(2000, p. 74), diz que:

“Para superarmos o afastamento entre seres humanos em sociedade e a natureza, que produz a degradação de ambos, faz-se necessário vivenciarmos a nossa relação com o meio de forma integral, na complementaridade das dimensões racional e emocional do ser, e integrada às relações dinâmicas interdependentes que informam a natureza; (...) não é apenas compreender, mas também sentir-se e agir integrado a esta relação.”

Este pensamento nos leva a concluir também que a educação ambiental, as práticas responsáveis de exploração dos recursos e vivência do ambiente rural são imprescindíveis para se conseguir uma atividade turística sustentável. A atividade turística rural pode ser um importante indutor do crescimento de atividades não-agrícolas no meio rural, sendo possível unir os interesses da comunidade local, do turismo e do meio ambiente, harmonicamente, através dos elementos Culturais, Ecológicos e Econômicos.

Para reforçar o entendimento acima, Camargo (2001, p. 01), dá sua opinião:

“Na minha concepção, vejo a atividade do Turismo Rural como agente promotor das seguintes funções:

- Ser uma atividade estratégica para preservação e a recuperação ambiental do espaço rural e natural;
- De garantir a manutenção das atividades agrícolas tradicionais e a conseqüente manutenção da família rural no campo;
- De formular um novo conceito de produção com incrementação de receitas para o espaço rural.”

Entende-se, portanto, que estas atividades deverão estar relacionadas ao uso da terra e focadas nas práticas da vida no meio rural, contemplando as características do meio, como a produção agrícola, a paisagem, a biodiversidade, a cultura e o modo de vida, o artesanato, a natureza, enfim, pelo modo de vida típico de cada população rural.

O desenvolvimento contemporâneo concentra as atividades nas cidades, tornando os núcleos urbanos desqualificados quanto à qualidade de vida. Diante desse quadro, o turismo torna-se cada vez mais uma necessidade para o bem estar das sociedades urbanas, permitindo que o indivíduo se distancie do seu meio e de seu cotidiano. Os ambientes de florestas, montanhas, rios, praias e cachoeiras passaram a serem revalorizados sob a ótica do bem-estar e da saúde mental e física.

O turismo rural e o ecoturismo vêm opor-se à prática turística padronizada, sem consciência e compromisso com a realidade local. São, portanto, ramos alternativos ao turismo de massa e que vem ganhando importância, no contexto nacional, a partir do final do século XX, como resposta à intensa urbanização e na busca do natural como fuga da vida nas cidades.





Assim, Souza(2009) diz que a prática de novas modalidades do turismo se deve à “valorização do ambiente natural, estimulada cada vez mais pelos meios de comunicação, a facilidade e as inúmeras possibilidades com que se pode deslocar e adquirir informações de diversos lugares”.

A preocupação de países mais desenvolvidos com a preservação do meio ambiente, criou vários movimentos ambientalistas a partir da segunda metade do século XX, que ganharam força na década de 60, com as primeiras legislações ambientais no mundo, nos Estados Unidos, Canadá e Europa.(Souza, 2009)

Paralelo a este contexto, percebe-se que, no Brasil, as atividades agrícolas vêm sendo cada vez menos a fonte exclusiva ou principal de renda das famílias do meio rural. O Turismo rural tem sido, então, visto como uma forma de diversificar as atividades, dando aos agricultores mais uma fonte de renda, alavancando o desenvolvimento local e regional. Neste contexto, o turismo pode ser considerado hoje, uma atividade importante para o desenvolvimento sustentável no meio rural brasileiro, contribuindo para a preservação ambiental e cultural, produção de alimentos diversificados e valorização do agricultor e de seu trabalho, estimulando a melhoria da infra-estrutura das cidades, das comunidades rurais, bem como contribuindo para uma maior inserção social das famílias envolvidas.

Ainda de acordo com Souza, o movimento ecológico no Brasil passa a se estruturar com força a partir da década de 70 e a partir da década de 80, se iniciou uma conscientização da sociedade na preservação do meio ambiente. No âmbito do legislativo, o mesmo autor destaca a aplicação da Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA) em 1981 (lei 9.368/81) que administra a conservação dos recursos naturais com a criação dos órgãos:

SISNAMA (Sistema Nacional de Meio Ambiente) - órgão gerenciador,

CONAMA (Conselho Nacional de Meio Ambiente) - de função deliberativa e o IBAMA (Instituto Brasileiro de Meio Ambiente) - órgão executor e fiscalizador.

Inicia-se então a política de preservação do meio ambiente no Brasil que na Constituição de 1988, incorpora a preocupação com a conservação dos recursos naturais e a preservação dos ecossistemas, dando autonomia aos governos e prefeituras legislares sobre suas próprias questões.

O conceito de área protegida ou Unidade de Conservação surgiu no Brasil em 1937, com a criação do Parque Nacional de Itatiaia (RJ). Desde então, com o objetivo de manter e proteger as áreas naturais ainda existentes, o poder público vem adotando medidas legais no sentido de garantir a integridade destes espaços, ordenar as atividades econômicas e disciplinar a implantação de projetos e obras que possam causar impactos significativos nestas áreas. (IBAMA)

Estas UCs são distintas em dois grupos principais: as Unidades de Proteção Integral e as Unidades de Uso Sustentável. Dentre as categorias definidas neste último, está a Área de Proteção Ambiental(APA), citada no artigo 14, inciso I da lei do SNUC (Sistema Nacional de Unidades de Conservação, Lei N.º 9.985 de 18/07/00), com o objetivo principal de





conservar a diversidade de ambientes, de espécies e de processos naturais pela adequação das atividades humanas às características ambientais da área, seus potenciais e limitações.

A partir destes estudos, concluiu-se que a área da APA do Rio Maior, em se tratando de um espaço predominantemente rural, possui grande potencial para o desenvolvimento das atividades compatíveis com o Turismo Rural, sendo este uma alternativa para o desenvolvimento da região. No entanto, para Cenilda Mazzucco,

“Está faltando uma visão dos gestores públicos em estabelecer um plano de desenvolvimento para a área, valorizando e protegendo toda essa riqueza que temos em nossas mãos, estabelecendo normas de uso e ocupação de solo de forma a proteger as ameaças que pairam sobre a área, evitando a exploração de atividades degradadoras. É preciso estimular a permanência dos filhos nas propriedades para que não se perca toda essa cultura que permanece viva há mais de cem anos. Mas isso só é possível se oferecermos aos jovens a oportunidade de ali mesmo, em Rio Maior, desenvolver atividades para o seu sustento e dar esperança de um futuro melhor. Acredito que isso é possível através do desenvolvimento do turismo de forma ordenada.”

No mesmo entendimento da colocação de Mazzucco, Bortolotto fala que o poder público tem a obrigação de estabelecer políticas públicas de conscientização com o objetivo de fortalecer a cultura, preservar o meio ambiente, mostrar alternativas para sustentabilidade, para que, em parceria com a sociedade possam buscar mudanças em relação às posturas atuais neste sentido.





5. O tema

O “Núcleo Turístico Rural Rio Maior”, objeto deste trabalho, consiste em um local de suporte ao receptivo turístico do município, com espaços para promoção de eventos, manifestações artísticas e culturais, observação e vivência de edificações históricas, comercialização de produtos de produção local, atividades de lazer, apreciação e valorização do meio ambiente.

5.1 A justificativa do tema

Urussanga é um município que, nos últimos anos, tem investido no desenvolvimento turístico visando sua projeção nacional como pólo atrativo na região.

A história da imigração italiana preservada por meio de seus costumes, gastronomia, patrimônio histórico e manifestações culturais, são o ponto forte do potencial turístico do município.

O município é carente de equipamentos que possibilitem a execução de atividades neste sentido, havendo necessidade de projetos que ampliem estas possibilidades, podendo se tornar um referencial para o município e região.

5.2 Objetivos com a proposta

A proposta tem como objetivos:

- a. Potencializar a atividade turística na APA (Área de Proteção Ambiental) do Rio Maior, em Urussanga, fomentando o turismo rural com a geração de emprego e renda para a população desta área, através da valorização e preservação do meio ambiente, cultura e história local.
- b. Servir de suporte para atividades estratégicas de preservação e recuperação ambiental do espaço rural, natural e construído.
- c. Promover o desenvolvimento sustentável preservando a integridade ambiental, para que possam ser desfrutadas pelas gerações futuras.

6. O local escolhido

6.1. Justificativa





Área de 2.406,23 hectares com localização privilegiada, entre a serra e o mar, a região é cortada pela Rodovia SC 446, a segunda mais movimentada do estado de SC, que liga Criciúma (ao sul) a Orleans (ao norte). O local faz parte de rotas turísticas regionais e está inserido em três roteiros municipais, tendo o meio ambiente, história e cultura como atrativos principais.

A APA do Rio Maior, espaço predominantemente rural, rica em nascentes e córregos, possui grande potencial para o desenvolvimento das atividades compatíveis com o Turismo Rural, sendo este uma alternativa para o desenvolvimento local, do município e região.

Importante núcleo da colonização Italiana, possui sua história e cultura preservadas em seu patrimônio arquitetônico e em suas manifestações culturais. O povo é acolhedor e conserva viva a memória de sua origem através de sua gente com a vivência dos costumes e da cultura.



Dona Maria Adelaide Froll Mazzucco, aos 90 anos, como contadora de histórias perpetua a lembrança e a vivência dos antepassados através de seus contos da história da imigração e da formação da comunidade.

(Fonte: Cenilda Mazzucco)





Além disso, é dotada de natureza exuberante, guardando o único manancial de água potável do município e região.

A comunidade de Rio Maior vem mostrando um grande interesse por parte dos moradores em desenvolver o turismo local, não existindo, contudo, equipamentos que possibilitem a execução destas atividades.

Essas condições justificam investimentos em empreendimento turístico no local, pois significa alicerçar as características naturais da localidade aliadas ao aproveitamento do potencial exposto até aqui.

Imagens do Vale do Rio Maior.



Vista panorâmica do vale, de nordeste em direção a sudoeste. (Fonte: arquivo pessoal)



Vista panorâmica do vale, de sudoeste em direção a nordeste. (Fonte: arquivo pessoal)





Vista panorâmica do vale, em direção ao norte. (Fonte: arquivo pessoal)

6.1.1. Potenciais

- Meio Ambiente com rica variedade de flora e fauna, além de águas limpas, cascatas e belas paisagens,
- Patrimônio histórico, material e imaterial, preservado e valorizado,
- Organização Social forte, importante para a preservação do local, bem como do desenvolvimento, com consciência da importância e potencial do local, geografia privilegiada, com montes verdes, clima agradável, localização equidistante entre a serra e o mar.



(Fonte: Bárbara Pinheiro de Angeli.)



(Fonte: Arquivo pessoal.)





6.1.2. Condicionantes

6.1.2.1. Localização

- Área cortada pela SC 446, rota turística regional e municipal,
- Localizada entre a serra e o mar,
- Área Rural.



SC 446, trecho em Rio Maior (Fonte: Arquivo pessoal.)

6.1.2.2. Clima

- Dados da Estação Meteorológica da EPAGRI em Urussanga demonstram que a maior ventilação acontece, com ventos de quadrante sudeste, entre o fim do inverno (agosto) e o início do verão (dezembro), com o pico Máximo no mês de outubro, enquanto o período menos ventilado se concentra no outono e inverno, principalmente no mês de junho, com ventos de





quadrante sul e nordeste. A frequência média durante o ano tem predominância de ventos de Sudeste(SE) e, em segundo lugar, os de Nordeste(NE).

- As temperaturas médias anuais, também de acordo com a EPAGRI – Estação de Pesquisas Agrárias é de 19,26 °C, tendo o Máximo de 23,7 °C em janeiro e valor mínimo de 14,4 °C em julho.
- A pluviometria sofre influência direta do relevo da região, que se situa entre o mar e a serra geral. Dados da EPAGRI mostram uma média da precipitação mensal entre os anos de 1987 e 2008 de 142,92 mm, sendo o máximo de precipitação media mensal no mês de fevereiro, com 209,75 mm e o mínimo em junho, com 82,07 mm.

1.1.1. Características especiais

- Área de Proteção Ambiental,
- Importante manancial de água potável, com o único rio não poluído em Urussanga,
- Polêmica atividade de extração de minério a céu aberto,
- Cultura da colonização italiana preservada e vivida,
- Patrimônio Histórico Arquitetônico preservado e valorizado,
- Vitivinicultura como atividade econômica e atratora de turismo no município,
- Estrutura turística com trilhas, pousadas, restaurante, quiosques com venda de artesanatos, produtos coloniais e vinhos ao longo da Rodovia SC 446,
- Comunidade organizada por meio de associação na luta pela preservação do meio ambiente local.

5.4. Legislação

O Plano Diretor Participativo de Urussanga, Lei Complementar nº 08 de 01 de julho de 2008, define a política e as estratégias de desenvolvimento territorial e urbanístico do município, tendo como um de seus princípios o DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL e como uma de suas diretrizes a “proteção, preservação e recuperação do meio ambiente natural e construído, do patrimônio cultural, histórico, artístico, paisagístico e arqueológico”.(Lei nº 08/08)

Através das estratégias traçadas, o Plano visa alcançar alguns objetivos, sendo pertinente salientar aqui o de:

... “promover o turismo como atividade econômica local, integrando-o regionalmente, com ênfase em seu patrimônio cultural, arquitetônico, gastronômico e na vitivinicultura; promover a preservação, conservação e recuperação dos seus recursos naturais, em especial dos seus recursos hídricos.” (Lei nº 08/08)





É importante registrar também o fato de que um dos instrumentos de indução do desenvolvimento urbano, o zoneamento, consiste na divisão e organização do território municipal em unidades espaciais de área denominadas macrozonas, zonas e áreas de especial interesse. Vale destacar aqui as Áreas de Especial Interesse que se subdividem em Áreas de Especial Interesse Urbanístico e Áreas de Especial Interesse Ambiental.

Na estrutura do zoneamento do Município as Áreas de Especial Interesse se sobrepõem às zonas das Macrozonas Urbana e Rural, conforme Mapa de Zoneamento do Plano colocado logo a seguir.

Na subdivisão da Macrozona Rural, temos a Zona Rural III, que trata da área em estudo, a Área da Bacia Hidrográfica do Rio Maior. Destacando na íntegra, do texto do Plano Diretor, o seu Capítulo II, Seção III, Subseção IV, os artigos que definem as condicionantes e traçam objetivos para a área:

Art 94. Constituem condicionantes que limitam a ocupação da Zona Rural - III:

- I. presença da Área de Proteção Ambiental (APA) do Rio Maior;
- II. presença de significativo conjunto de patrimônio arquitetônico.

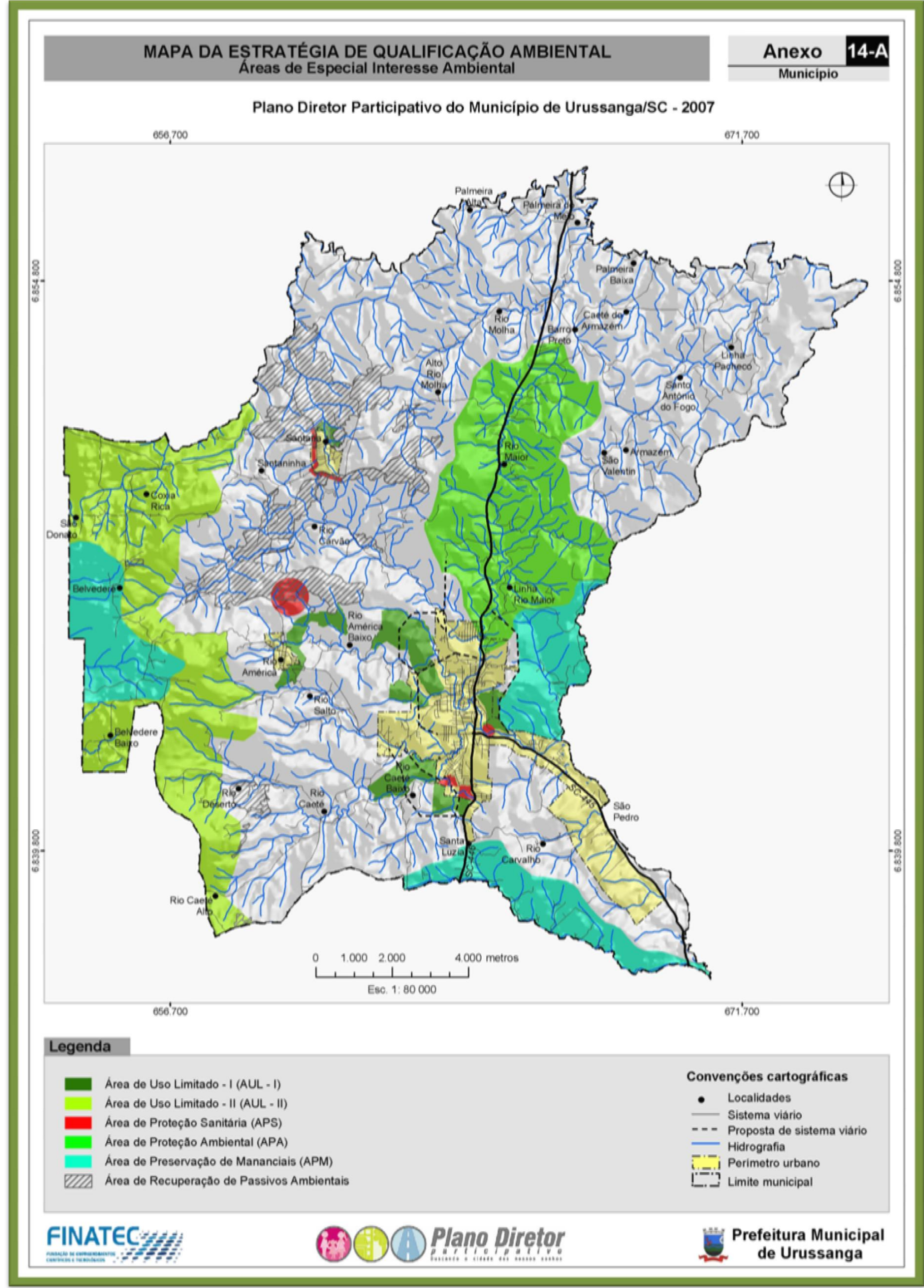
Art 95. Constituem objetivos específicos da Zona Rural - III:

- I. preservar o patrimônio histórico e cultural;
- II. divulgar o potencial turístico e aumentar seu aproveitamento;
- III. diminuir a carência de equipamentos públicos e comunitários;
- IV. implementar infra-estrutura de turismo, especialmente de agroturismo e turismo ecológico;
- V. preservar a qualidade dos recursos hídricos;
- VI. promover ações de recuperação de matas ciliares e de áreas de proteção de nascentes;
- VII. incentivar atividades de reflorestamento;
- VIII. incentivar atividades agrícolas não poluentes;
- IX. incentivar a instalação de agroindústria familiar rural, especialmente de embutidos, conservas, cantinas e congêneres;
- X. proibir as atividades de mineração, condicionando-as às ações previstas no Programa de controle de mineração e recuperação de passivos ambientais, a ser estabelecido na forma do art. 280, V, combinado com seu parágrafo quinto;
- XI. captar recursos hídricos para abastecimento;
- XII. instituir legislação para preservação do ambiente, estabelecendo os parâmetros específicos de vibrações e poluição sonora e atmosférica;
- XIII. valorizar e proteger a paisagem como o patrimônio natural e cultural.





O Plano, em suas AEIs (Áreas de Especial Interesse), prevê a Área de Proteção Ambiental (APA) do Rio Maior, mostrada no mapa a seguir, condicionando sua ocupação às determinações da Lei Municipal 1665/1998.





O Plano traça os seguintes objetivos específicos para esta AEI em seu artigo 95:

- I. desenvolver o turismo sustentável;
- II. implementar infra-estrutura de turismo, com ênfase no agroturismo;
- III. divulgar o potencial turístico e aumentar seu aproveitamento;
- IV. preservar o patrimônio cultural, histórico, arquitetônico e natural;
- V. controlar e proibir as atividades industriais poluentes, especialmente mineração e congêneres, condicionado-as ao estabelecido nos termos do art. 95, inciso X;
- VI. preservar a qualidade dos recursos hídricos para abastecimento e consumo;
- VII. promover ações de recuperação de matas ciliares e de áreas de proteção de nascentes;
- VIII. incentivar as atividades agrícolas não poluentes;
- IX. incentivar a agricultura orgânica e a agroindústria familiar rural, especialmente a produção de de embutidos, conservas, cantinas e congêneres;
- X. regular e controlar a atividade de exploração mineral, considerando a fragilidade e a baixa disponibilidade de recursos hídricos;
- XI. condicionar a implantação de empreendimentos à aprovação de estudos e licenciamentos ambientais pelo Conselho do Município de Urussanga;
- XII. reservar recursos hídricos para abastecimento futuro;
- XIII. elaborar e implementar o plano de manejo da APA do Rio Maior;
- XIV. implantar Comitê Gestor da Bacia do Rio Maior.

Além do Plano Diretor do Município, é relevante também a Lei 1655, de 27 de novembro de 1998, que cria a APA do Rio Maior com os objetivos de garantir a conservação de expressivos remanescentes de mata aluvial e dos recursos hídricos ali existentes; melhorar a qualidade de vida da população residente através da orientação e disciplina das atividades econômicas locais; fomentar o turismo ecológico, a educação ambiental e a pesquisa científica; preservar o patrimônio cultural e arquitetural do meio rural, além de proteger espécies ameaçadas de extinção. (Lei 1655/1998)

Analisando ambas as leis, as mais importantes do município em relação à região do recorte, podemos destacar nos seus artigos uma forte dose de preocupação por parte da municipalidade com relação ao desenvolvimento econômico local, preservação do patrimônio, conservação do meio ambiente, valorização e preservação da paisagem. Todas estas preocupações são também a base do desenvolvimento do presente trabalho, justificando as propostas feitas com base nestas premissas.





5.4 Análise física da área – Usos, cheios e vazios



Análise de cheios e vazios (Fonte: a autora)



Análise de usos (Fonte: a autora)

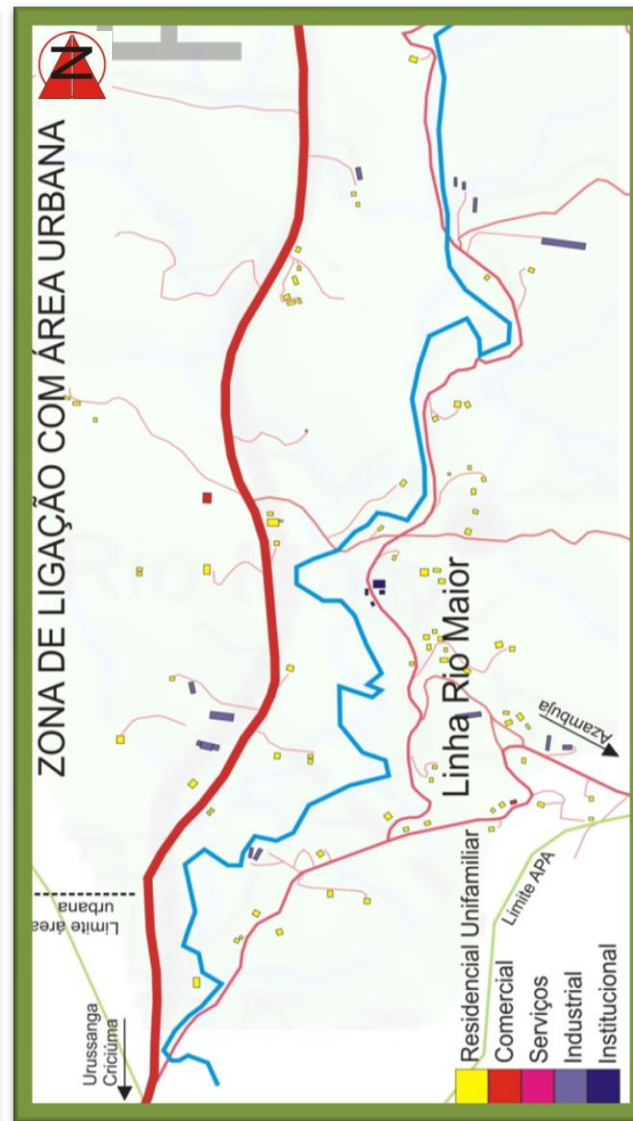
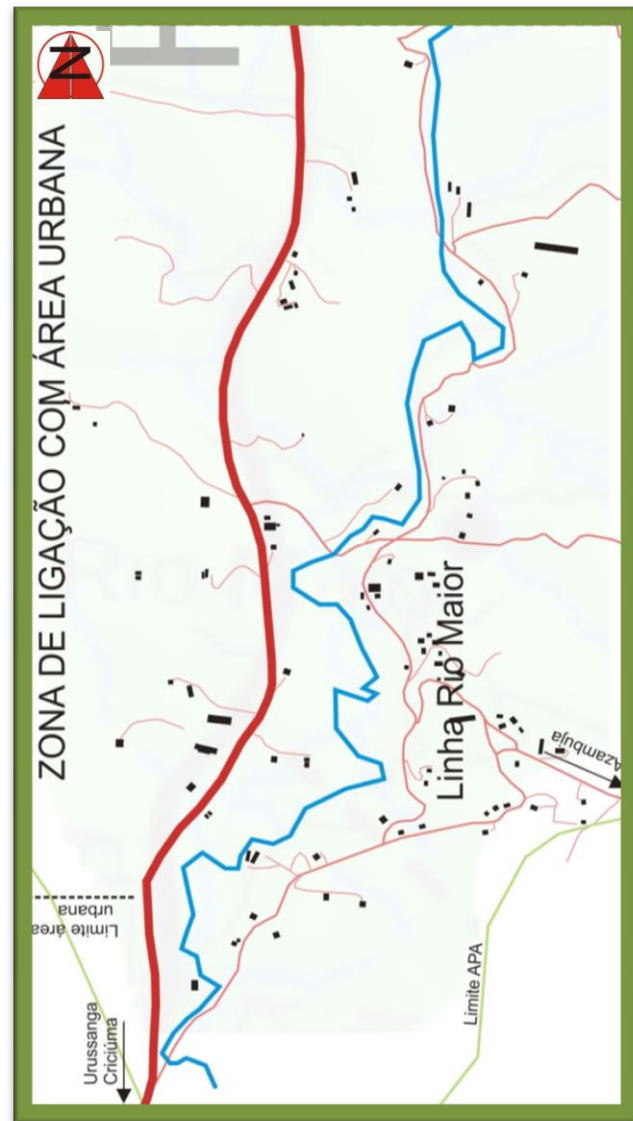
A partir da análise dos levantamentos feitos nos mapas acima, pôde-se perceber, nos 5,5 km recortados da rodovia SC 446, características diferentes de ocupação ao longo do trecho. A percepção destas distinções permite uma divisão física em três áreas, afim de estabelecer um zoneamento em função das aglomerações e da concentração de determinados usos.

Estas áreas foram classificadas em “Zona de ligação”, “Área de transição” e “Centralidade cultural”, melhor detalhadas a seguir.





Zona de ligação



Nesta área, pode-se perceber uma maior aglomeração nas proximidades da delimitação municipal da zona urbana. Existe um número mais significativo de indústrias e as residências possuem um caráter mais urbano, tanto nas suas fachadas como nos materiais utilizados, bem como a idade destas é bem mais recente.

Destaca-se então como uma zona de ligação do vale do Rio Maior com a zona urbana.

A partir desta região tem-se acesso à estrada antiga do Rio Maior, caminho histórico da colonização do município.

ANÁLISE DE USOS

ANÁLISE DE CHEIOS E VAZIOS





Área de transição



ANÁLISE DE USOS



ANÁLISE DE CHEIOS E VAZIOS

Região com ocupação mais espaçada possui uso predominantemente residencial, com algum comércio de apoio ao turismo ao longo da rodovia. O principal acesso à estrada antiga, citada na área anterior, se dá bem ao centro desta região, com a valorização do potencial turístico, além de guardar algumas das mais antigas edificações da região.

Configura-se como uma área de transição entre a zona mais urbanizada e a centralidade cultural do Rio Maior.





Centralidade Cultural



ANÁLISE DE USOS



ANÁLISE DE CHEIOS E VAZIOS

Região de maior aglomeração de residências, onde se concentra a maior parte dos referenciais com caráter cultural.
Área escolhida para melhor análise a fim de definir as atividades a serem propostas no presente trabalho.





6. O Sobrado Mazzucco

6.1. A história da edificação

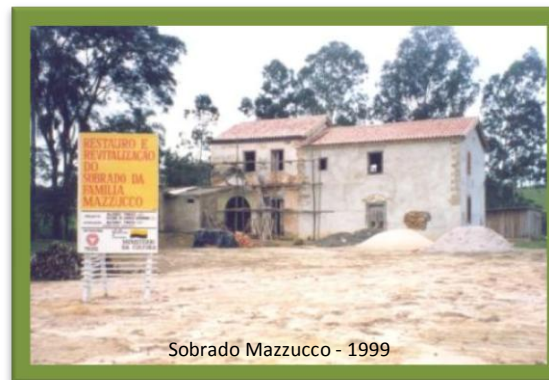
A edificação, de propriedade da família Mazzucco, é a mais antiga da região, segundo dados pesquisados. O imigrante Italiano Mariano Mazzucco foi seu primeiro proprietário que, em 1898, de acordo com o Jornal Vanguarda(2009), construiu ali sua primeira casa, ainda em madeira. Anos mais esta foi substituída pela edificação atual, sendo construída em duas etapas, uma de pedras em 1912, que abrigou o primeiro armazém da região, em funcionamento até 1946, onde se vendiam tecidos, ferramentas, alimentos, fumo, vinho e também produtos de farmácia. Na edificação também funcionou uma fábrica de banha muito famosa e nas palavras de uma das filhas de Mariano, Maria Santina Mazzucco Fabro para o Jornal Vanguarda, “Exportava os produtos até mesmo para o exterior” e chegou a ganhar um prêmio do Instituto Agrícola Brasileiro. Em sua fase seguinte foi construída em alvenaria, em 1923, e serviu como residência da família.

Mariano faleceu no ano de 1947 e o atual proprietário é um de seus filhos, Romolo Mazzucco.

Em 24 de outubro de 1985 a edificação foi tombada como Histórico Municipal, pelo decreto nº 198/95, em 1999 foi restaurada através de recursos da Lei Estadual de Incentivo à Cultura, (De Luca. 2007) e como já citado em capítulo anterior, foi tombada pelo Patrimônio Histórico do Estado de Santa Catarina pelo Decreto nº 3.464 de 23 de novembro de 2001.



(Fonte: FCC – Fundação Catarinense de Cultura.)



(Fonte: Arquivo pessoal Luiz Antônio Fabro)



(Fonte: Arquivo pessoal)





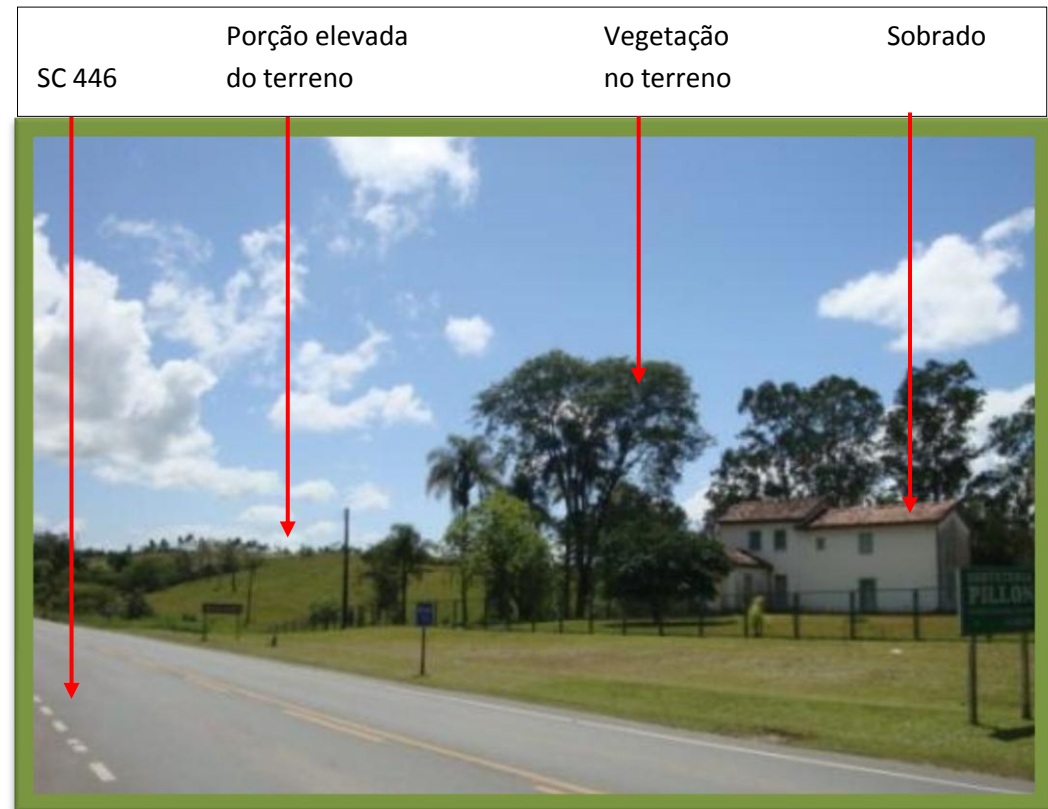
6.2. As características da edificação

Sueli T. M. Mazzurana, sobre a edificação, relata em 1995 que a parte onde funcionava a fábrica de banha em algum momento foi demolida e destaca algumas características da construção destacadas também no Projeto de Restauro do Sobrado e observadas em loco para constatação dos dados e enriquecimento das informações deste trabalho.

A edificação com 251,25 m², de dois pavimentos, com cobertura de duas águas revestidas com telhas cerâmicas, se encontra em uma área de terra rural com 20.160,00 m², numa parte plana de uma pequena colina.



(Fonte: Arquivo Pessoal)



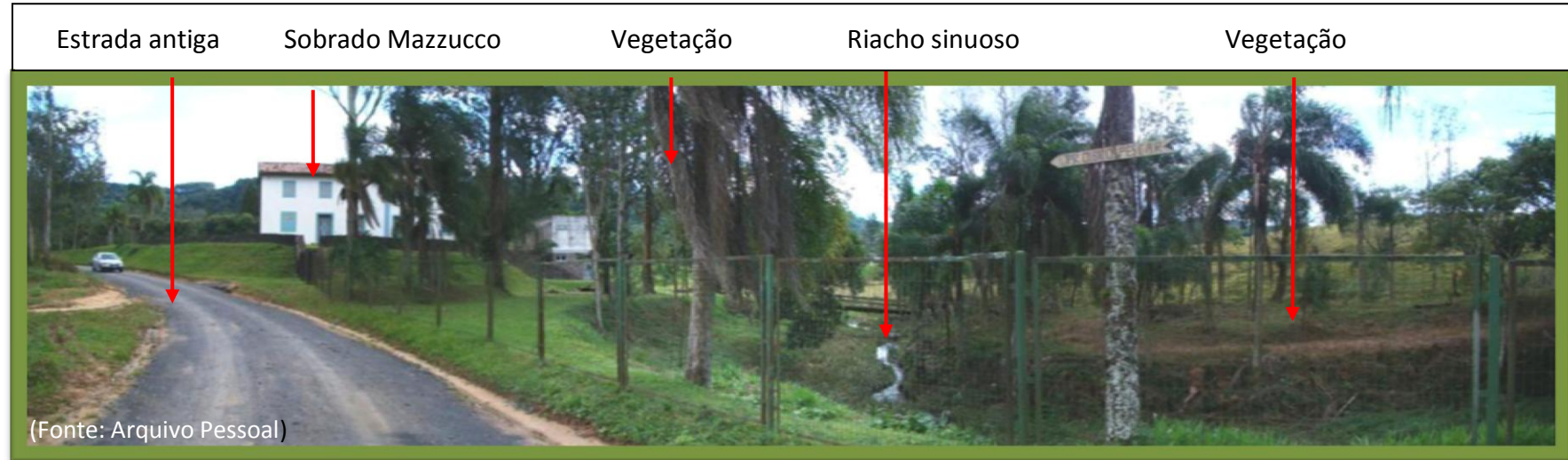
(Fonte: Arquivo Pessoal)





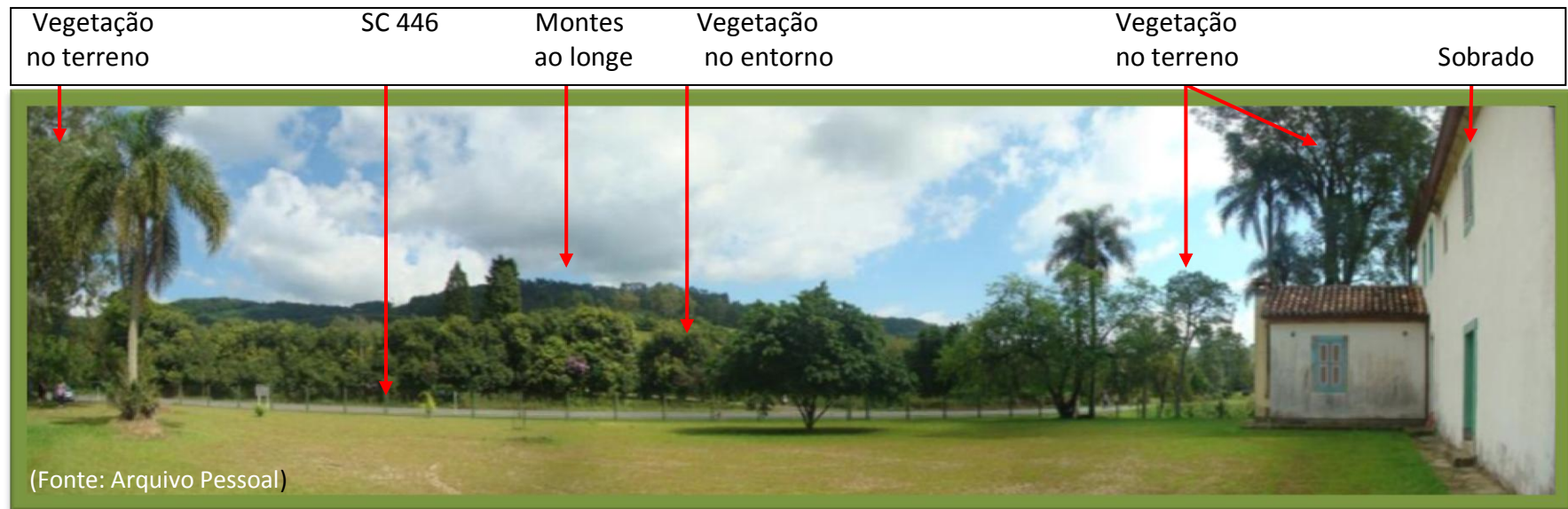
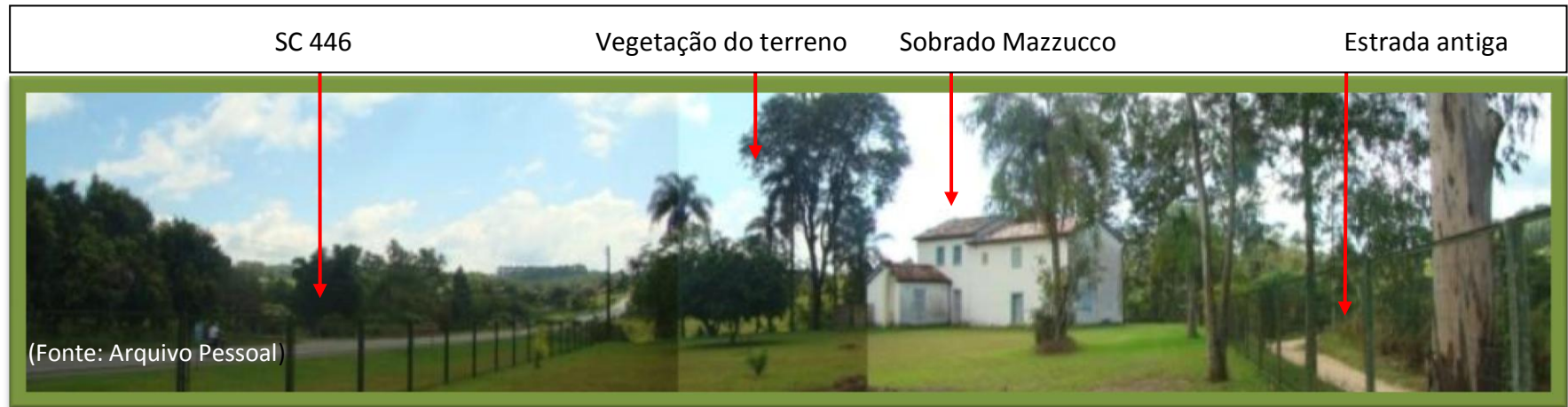
A fachada principal está voltada para uma estrada antiga que em conjunto com um riacho de linhas sinuosas, a vegetação existente no terreno e os montes que se podem ver mais ao longe formam uma bela paisagem. A fachada posterior com vistas para a SC 446, que foi construída no início da década de 1970, e para outra face da vegetação também com montanhas, num visual tão rico quanto o primeiro.

Imagens referentes a fachada principal.





Imagens referentes a fachada posterior.

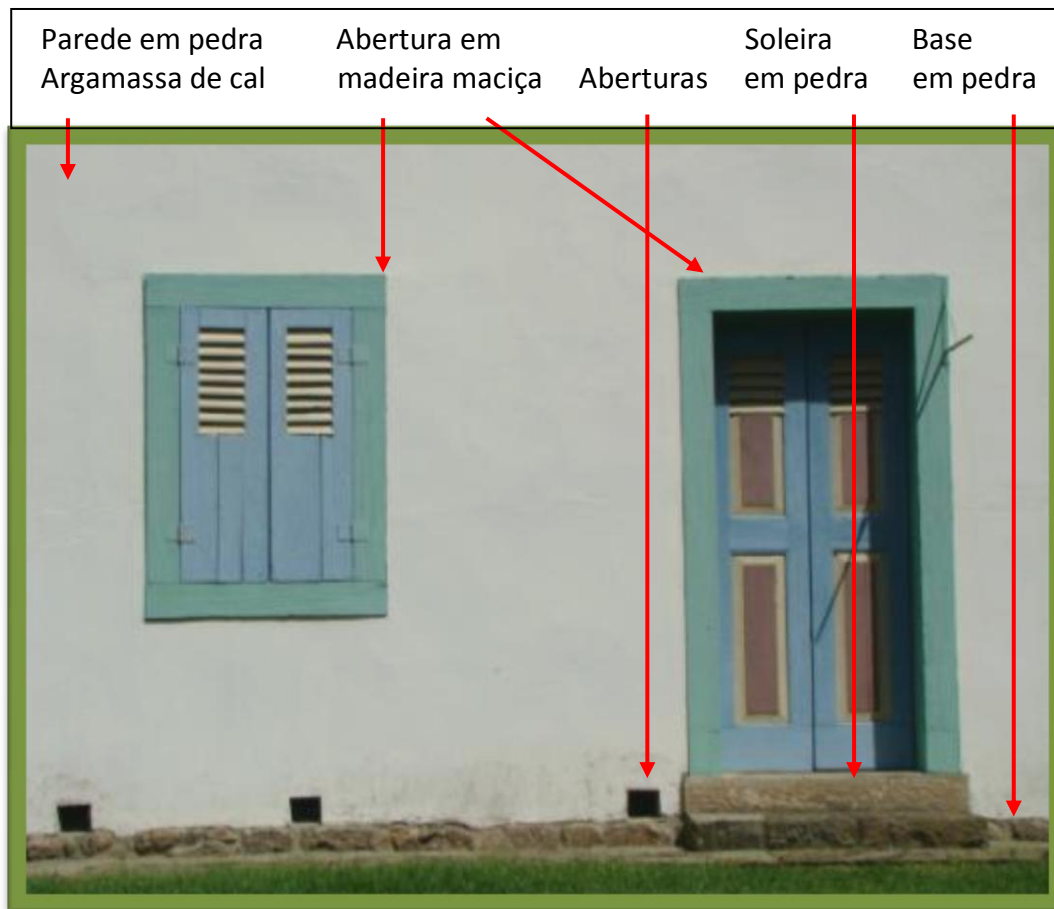




A parte onde funcionava o armazém foi construída com pedras da região e argamassa de cal.

Possui fachada composta por janelas, tipo guilhotina, e porta de madeira maciça. Nas fachadas se encontram aberturas para ventilação na base da edificação.

A soleira da porta e a cimalha, bem como a base da edificação são em pedra.



(Fonte: Arquivo Pessoal)





A parte construída mais recentemente é de tijolos e argamassa de barro.

Os quadros das portas e janelas são de cimento tentando imitar as antigas. As janelas no pavimento inferior são de guilhotina e as do superior são com abertura para dentro.

A cimalha é de tijolos revestidos na fachada principal e na lateral lambrequim de madeira, no volume da cozinha é de tijolos.



(Fonte: Arquivo Pessoal)

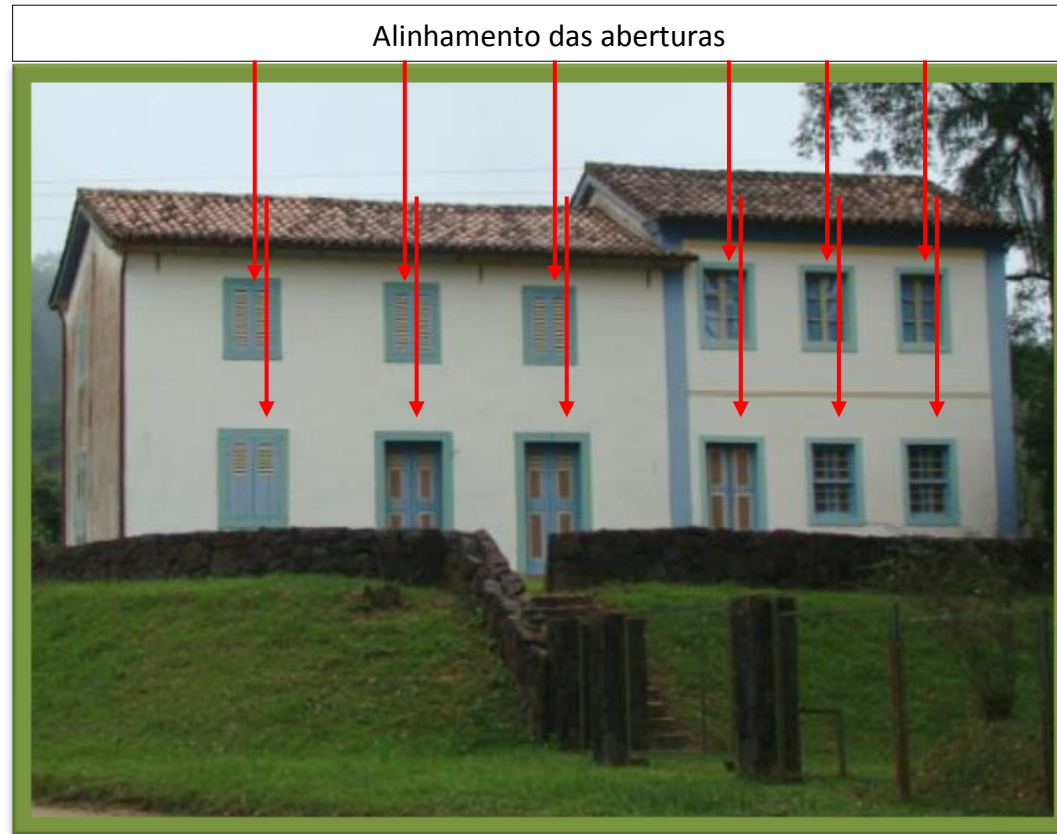


(Fonte: Arquivo Pessoal)





As aberturas são alinhadas uniformemente, num ritmo de cheios e vazios, dando rigidez às fachadas. Por serem amplas as janelas, possuírem venezianas e o fato de haverem várias portas internas, proporcionam à edificação uma boa ventilação e iluminação naturais.



(Fonte: Arquivo Pessoal)





Imagens comparativas da edificação em 1995, antes da restauração e hoje, em 2010.

Panorâmica do Terreno pela Fachada Frontal



(Fonte: Hormann e Theiss – 1995)



(Fonte: Arquivo pessoal - 2010)





Fachada Principal

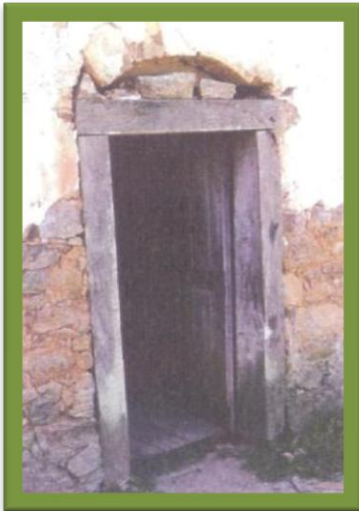


(Fonte: Hormann e Theiss – 1995)



(Fonte: Arquivo pessoal - 2010)

Porta Externa

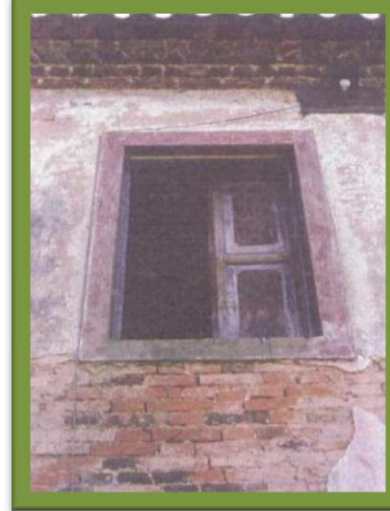


(Fonte: Hormann e Theiss – 1995)

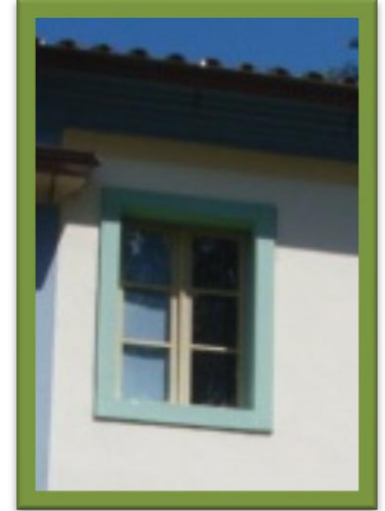


(Fonte: Arquivo pessoal - 2010)

Janela Superior Externamente



(Fonte: Hormann e Theiss – 1995)



(Fonte: Arquivo pessoal - 2010)





Janela Inferior Externamente

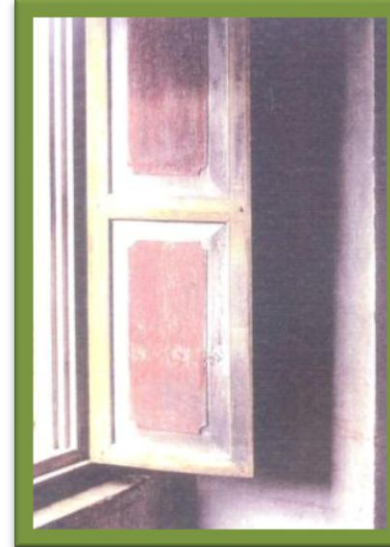


(Fonte: Hormann e Theiss – 1995)

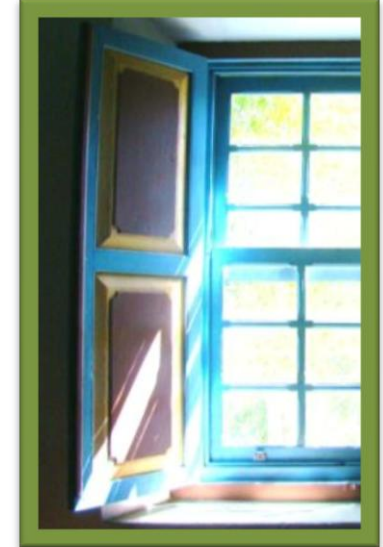


(Fonte: Arquivo pessoal - 2010)

Janela Inferior Internamente

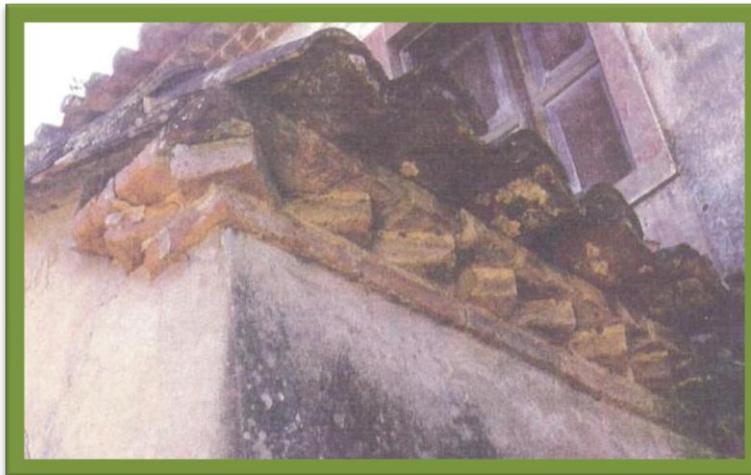


(Fonte: Hormann e Theiss – 1995)



(Fonte: Arquivo pessoal - 2010)

Cimalha de Tijolos



(Fonte: Hormann e Theiss – 1995)



(Fonte: Arquivo pessoal - 2010)





7. A proposta

A proposta trata de um empreendimento turístico em uma área de aproximadamente 5,5 km de extensão, com diversos equipamentos de interesse em pontos relativamente distantes. Como condicionante para a integração desses pontos, a rodovia SC 446, a segunda mais movimentada rodovia estadual, com seu fluxo intenso de veículos aliado a falta de tratamento adequado, não oferece condições seguras, tanto para pedestres como para veículos, de deslocamento entre os atrativos.

Tendo em vista esta condição, foi feita uma avaliação e reproposição do desenho das pistas com o intuito de promover condições mais seguras de trafegabilidade, a sugestão de equipamentos com finalidade de valorização de pontos estratégicos para atração de interesse dos turistas, bem como a marcação das entradas dos principais trechos de estradas antigas que são uma importante riqueza da história da colonização.

Com este propósito foram destacados, apenas para enriquecimento e não como foco de proposta, três pontos de conflito que possuem os principais equipamentos de interesse histórico, cultural e turístico ao longo do trecho, como exemplos para as modificações propostas, a fim de solucionar os problemas acima citados.

Os pontos destacados são os seguintes:

1. Desde a entrada para a estrada antiga e do quiosque Mazzucco até o quiosque Caminho das Uvas;
2. Desde a curva acentuada na proximidade da lanchonete Boccardo até o salão comunitário da ACRIMA;
3. Desde o acesso a estrada antiga ao lado do sobrado Mazzucco até o trevo de acesso à estrada que leva a Santana.



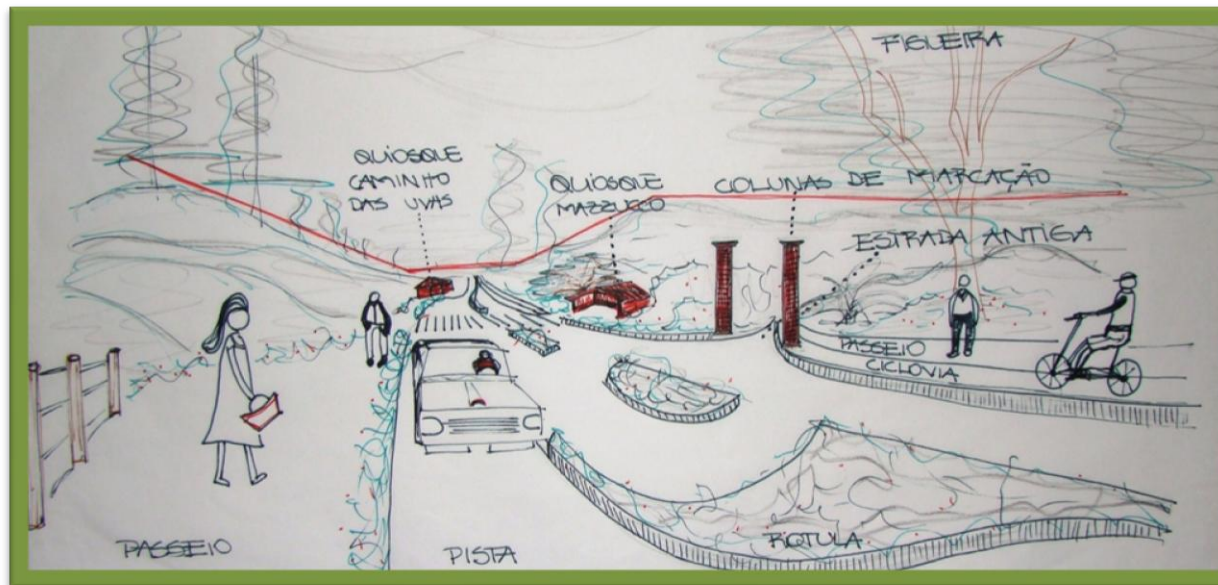


Trecho 1



O trajeto pelos pedestres entre os dois quiosques é difícil e sem segurança pela falta de acostamento adequado, de passeio e de condições para a transposição da rodovia.

A rodovia possui um fluxo intenso e rápido de veículos, dificultando também a entrada deste para o lado oposto da pista em que trafegam.



A proposta é de criação de um canteiro central para diminuir a largura das pistas, tornando a velocidade dos veículos mais lenta.

Uma ciclovia e passeios dão mais segurança e oportunidade para os pedestres circularem ao longo da rodovia.

A rótula cria condições seguras para que os veículos possam transpor a rodovia.

As colunas colocadas na entrada da estrada antiga marcam estes acessos como pontos de interesse.





Trecho 2



Uma curva perigosa que desprovida de condições seguras de trafegabilidade pelos pedestres e com fluxo de veículos com velocidade elevada.

A natureza existente aliada à existência do patrimônio histórico compõe uma paisagem que se encontra menosprezada pela falta de estrutura para admiração e valorização da mesma.



A criação de ciclovia e passeio dá segurança e permitem o deslocamento dos pedestres pelo trecho.

O mirante proposto para o local valoriza a paisagem e cria um espaço para estar e contemplação.

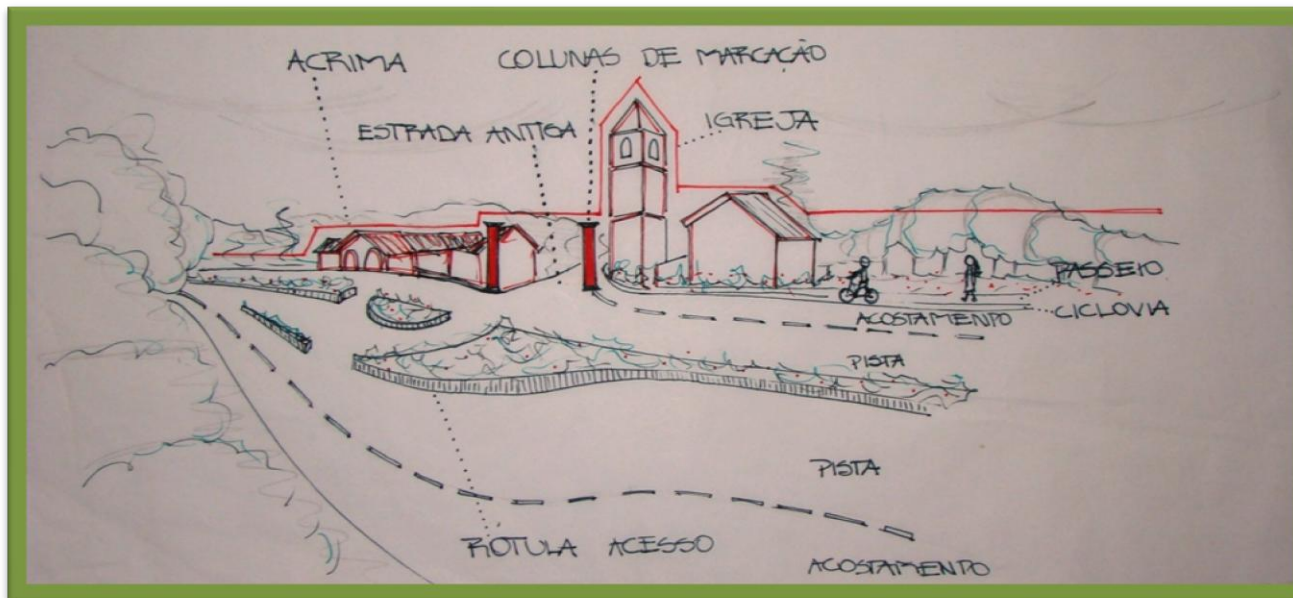
O mesmo tratamento do trecho anterior é dado para a rodovia, com a inserção também de árvores ou arbustos no canteiro central.





Ainda no trecho 2, um dos pontos mais importantes de todo o trecho é o entorno da Igreja de São Gervásio e Protásio, patrimônio nacional. Também a sede da associação de moradores que é geradora de maior movimento.

Aqui, assim como em todo o traçado, as condições de trafegabilidade são inexistentes e a insegurança também é o principal problema.



A construção de uma rótula cria condições de acesso à estrada antiga, para onde a igreja dá sua face.

O tratamento da rodovia e do espaço para pedestres se repete neste trecho e as colunas que marcam a entrada da estrada são um elemento que se repete como um signo, marcando a existência deste atrativo em diversos pontos do percurso.





Trecho 3



Neste ponto, a entrada que leva a Santana e, logo adiante, o Sobrado Mazzucco com sua estrada antiga possui os mesmos problemas relatados nos exemplos anteriores.



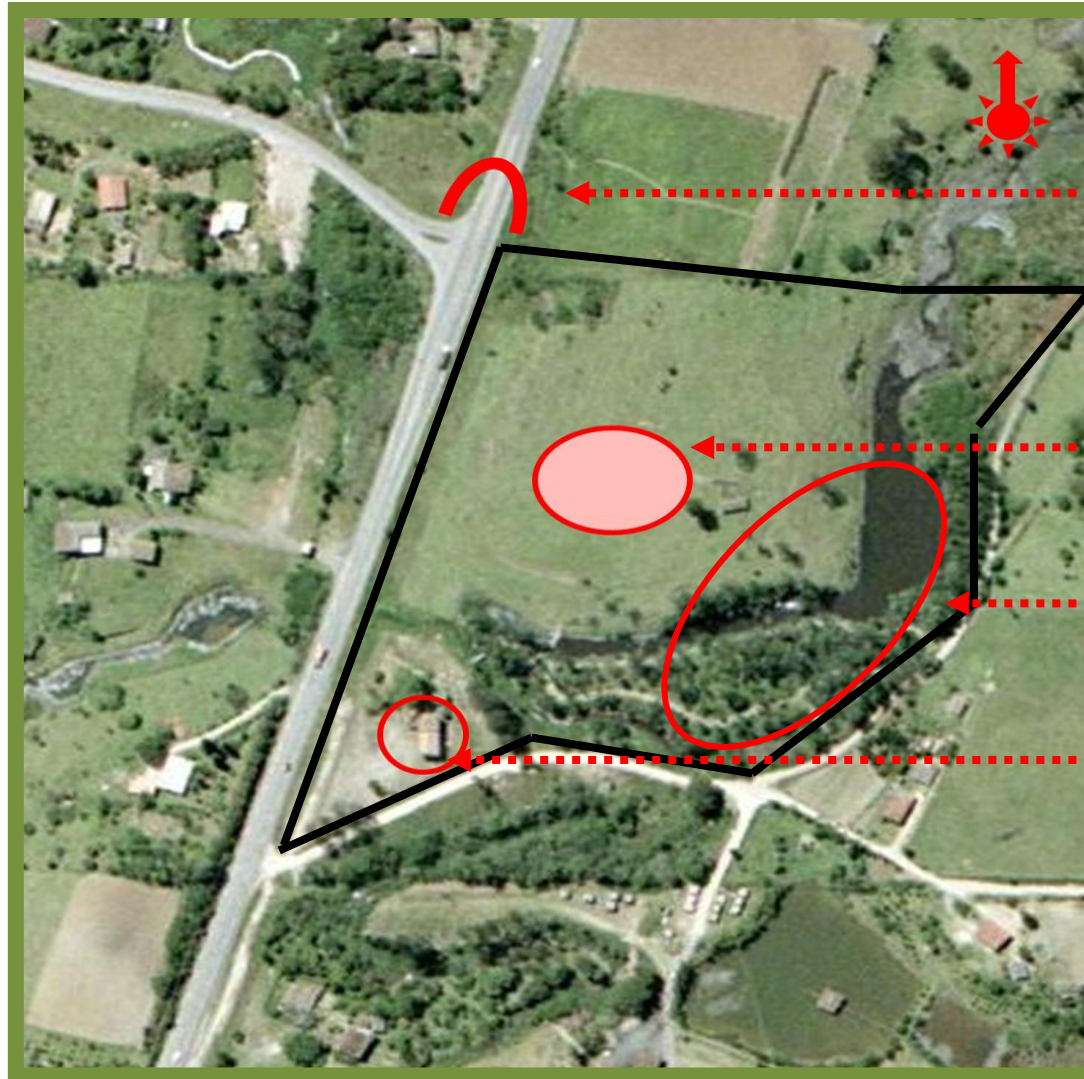
A construção de uma rótula, assim como o tratamento da rodovia, se repete.

As colunas, marcos das estradas históricas, aparecem aqui em maior escala para demarcar a chegada ao turismo histórico do Rio Maior.





7.1. O partido adotado



7.1.1. Idéia geral:

Marcar o trevo próximo ao terreno escolhido como um ponto de chegada no “turismo” do município.

Criar uma nova edificação, propondo atividades que estejam insuficientes na oferta local, integrando-as com as demais já existentes.

Humanizar a área com vegetação e o riacho, criando possibilidades de vivência desta para lazer e entretenimento

Visando cumprir com o objetivo de preservar e valorizar o patrimônio local, é proposto um uso para a edificação existente, que estimule a vivência da mesma.

Uma idéia de implantação para o terreno escolhido visa integrar a edificação proposta ao ambiente natural do entorno, criando trilhas em meio à vegetação e espaços de contemplação das paisagens.





A criação de espaços referenciais de centralidade marcam as edificações, tanto a já existente como a proposta.

Esquema de implantação



LEGENDA:

- 1 – Praça delimitada com colunas
- 2 – Edificação histórica existente
- 3 - Estacionamentos
- 4 – Recuperação de antiga estrada como acesso para os estacionamentos
- 5 – Edificação(ões) proposta(s)
- 6 – Praça com centralidade marcada
- 7 – Local para apresentações artísticas
- 8 – Grande espaço natural aberto
- 9 – Locais para estar e contemplação
- 10 – SC 446





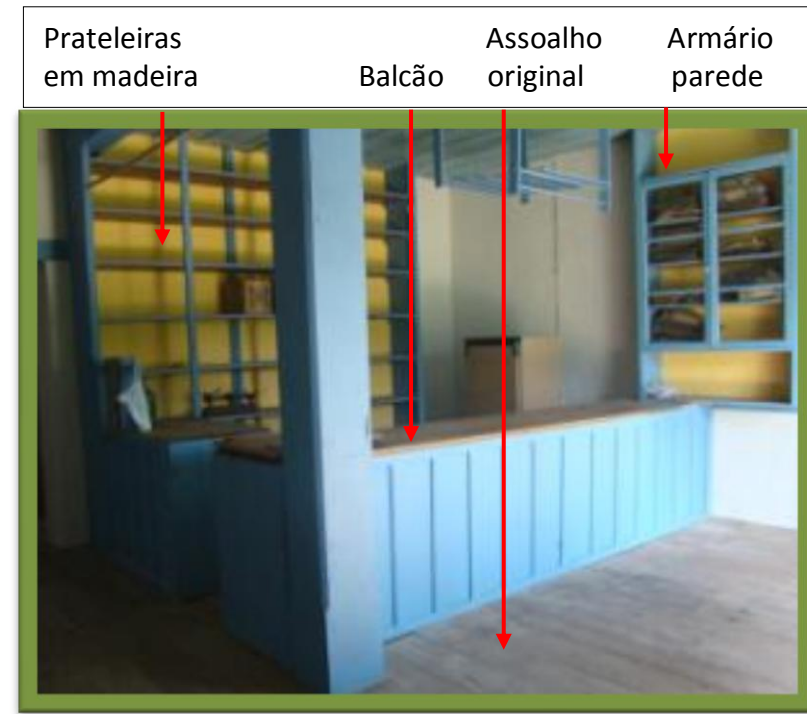
2.3.1. Proposta para a edificação existente

Na antiga edificação, no pavimento térreo, a proposição da instalação de central receptiva de informações turísticas e venda de artesanato local visa retomar o uso da edificação como espaço comercial, aproveitando a estrutura original existente.

A ação do restauro, como não poderia deixar de ser, conservou as características originais de sua arquitetura, mantendo suas lembranças do passado nas formas, cores, móveis e utensílios que ainda se encontram no mesmo lugar, no balcão e prateleiras que foram conservados.



(Fonte: Arquivo Pessoal)



(Fonte: Arquivo Pessoal)

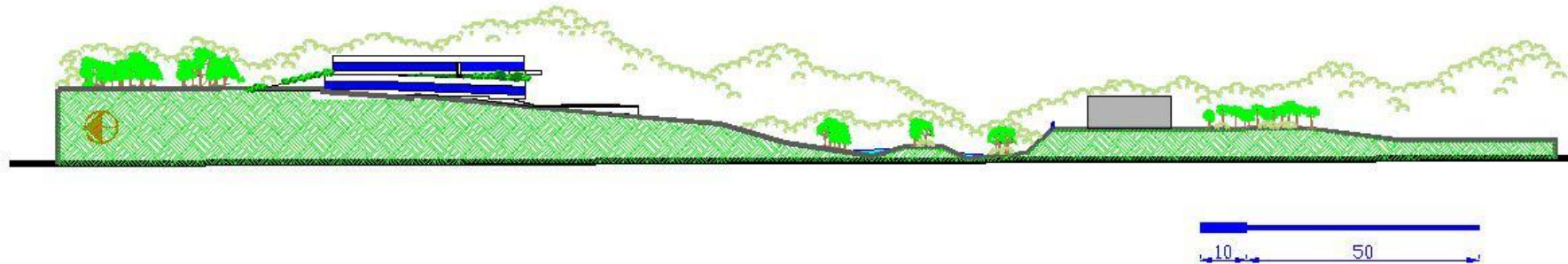
No pavimento superior, a instalação de um café colonial como atividade atrativa, promove a vivência da edificação e a visualização das paisagens do entorno, bem como da nova edificação proposta.





7.1.3. Proposta para a nova edificação

Na porção mais elevada do terreno, a proposta de uma edificação que agrupe as atividades desejadas nos seguintes espaços: espaço aberto para eventos de pequeno e médio porte, pequeno auditório, salas para capacitações dos ofícios locais, espaço para atividades culturais, restaurante.



Edificação voltada para o antigo sobrado, com as atividades concentradas num pavimento inferior e o restaurante localizado no pavimento superior, com vista para o sul, visualizando o vale.

7.1.4. Programa de necessidades

- Revitalização da edificação histórica existente:

Espaço para receptivo turístico.

Central de informações turísticas

Central de encaminhamento para atividades turísticas

Espaço para comercialização de artesanato, com o objetivo de expor o artesanato local, gerando renda e valorização dos produtos locais.





Balcão para exposição venda de artesanatos

- Proposição para a nova edificação:

Espaços para cultura com o objetivo de possibilitar apresentações artísticas e culturais em locais adequados que valorizem estas manifestações.

Local aberto para manifestações artísticas como apresentação de teatro, dança, música, canto, contadores de histórias.

Palco coberto para apresentações culturais.

Local para exposições temporárias.

Espaços para gastronomia com o objetivo a valorização da gastronomia italiana, possibilitando a degustação da culinária local.

Espaço para degustação

Restaurante. (para aproximadamente 300 pessoas)

Espaços para capacitação com o objetivo de capacitar a comunidade local para a produção de produtos que atendam a atividade turística, incentivando a produção local e oportunizando alternativas de renda. Espaços também para produção do aprendizado. Objetiva também possibilitar eventos como seminários, congressos ou palestras.

Salas para aulas de artesanato (salas para aproximadamente 30 pessoas)

Bordados, crochê e tricô, artesanato em palha, artesanato em madeira, montagem de caixas para embalagens.

Salas para aula de gastronomia (salas para aproximadamente 30 pessoas)

Pães, bolos e biscoitos, pizzas, massas, molhos, risotos, conservas de doces, frutas e verduras.

Salas para aulas de atividades culturais (salas para aproximadamente 30 pessoas)

Dança, teatro, poesia, música, canto.

Auditório (para aproximadamente 200 pessoas)

Seminários,

Palestras,

Congressos,





Apresentações culturais.

Espaços para lazer tendo como objetivo a vivência do meio ambiente local, visando valorizar do mesmo, bem como, proporcionar lazer com qualidade.

Espaço ao ar livre

Trilhas na mata,

Pescaria no lago,

Nichos na mata para estar.

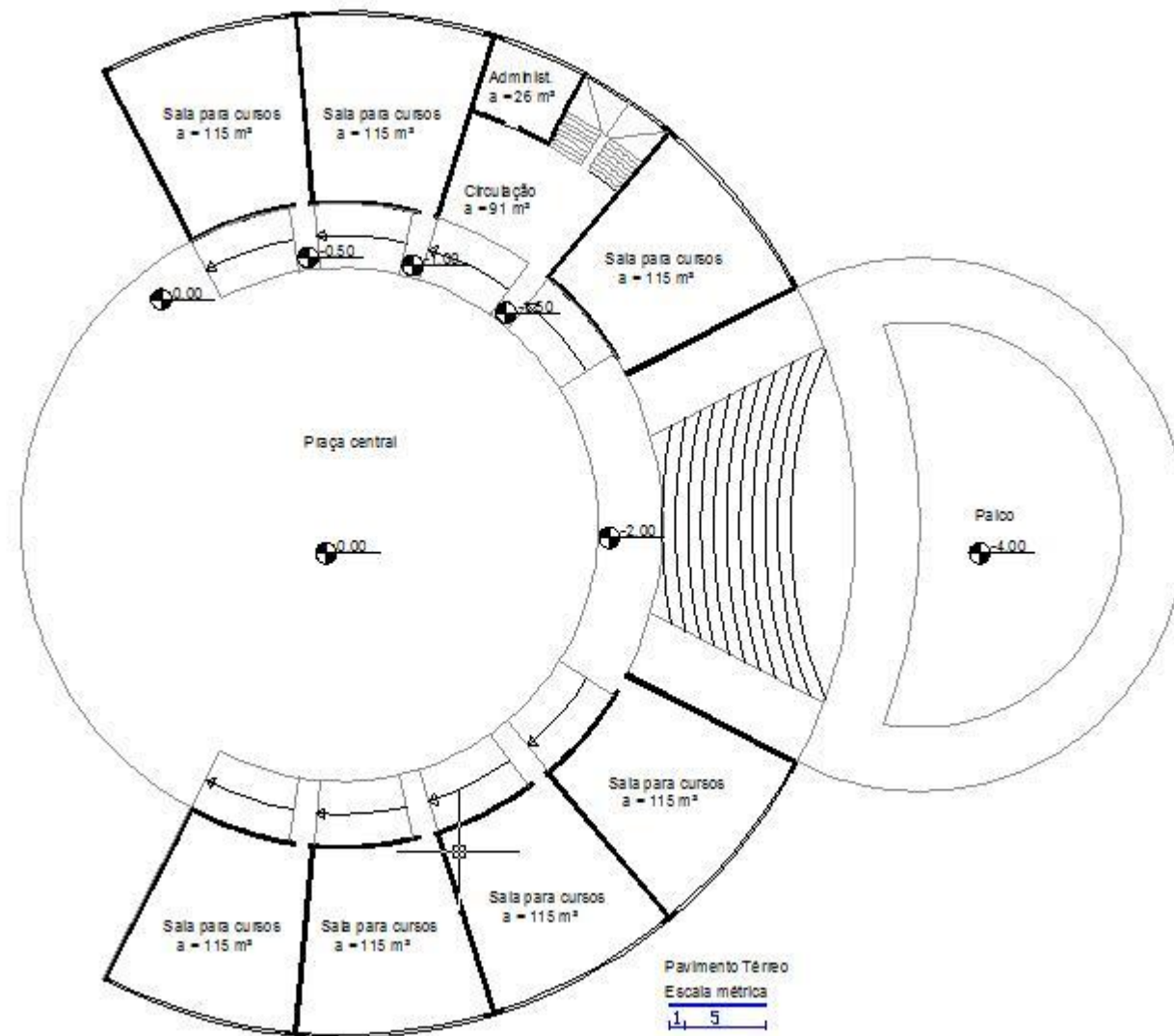
Espaço para eventos locais ou municipais.

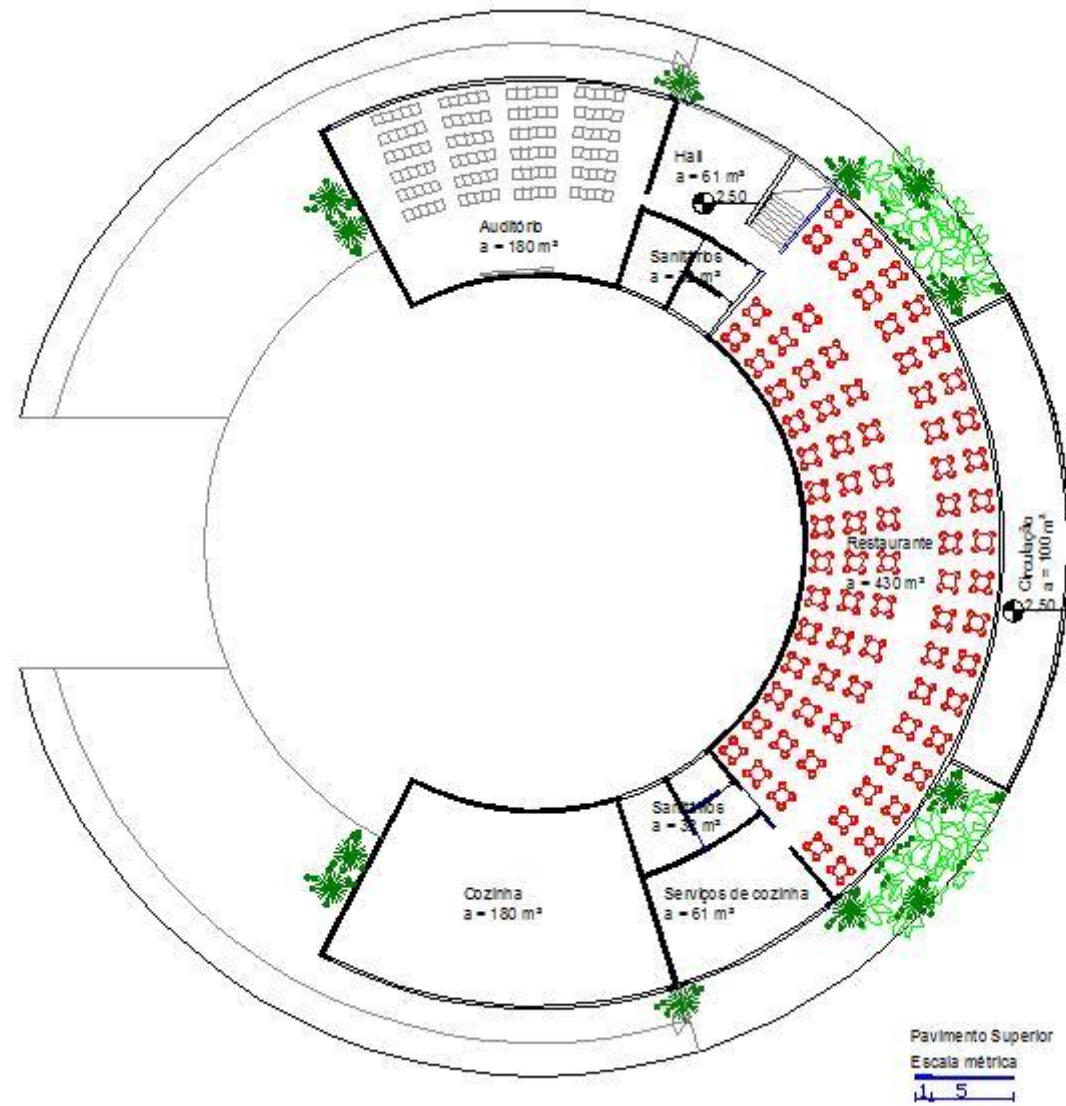


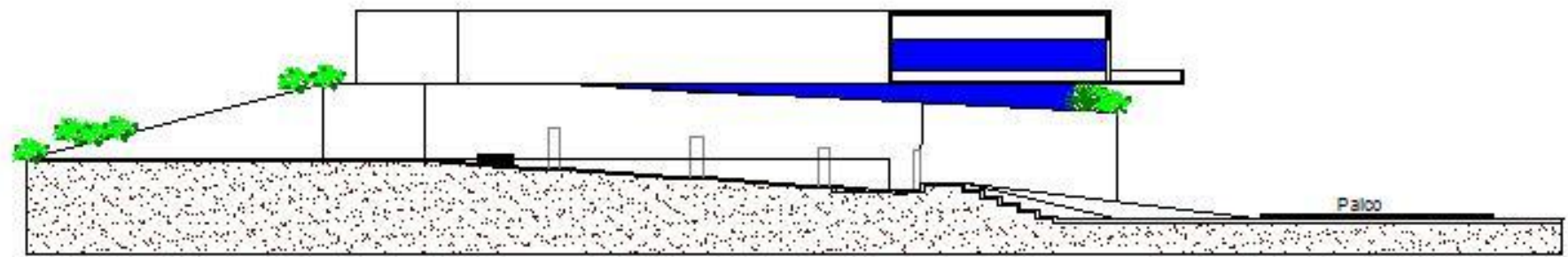


- Plantas da nova edificação.



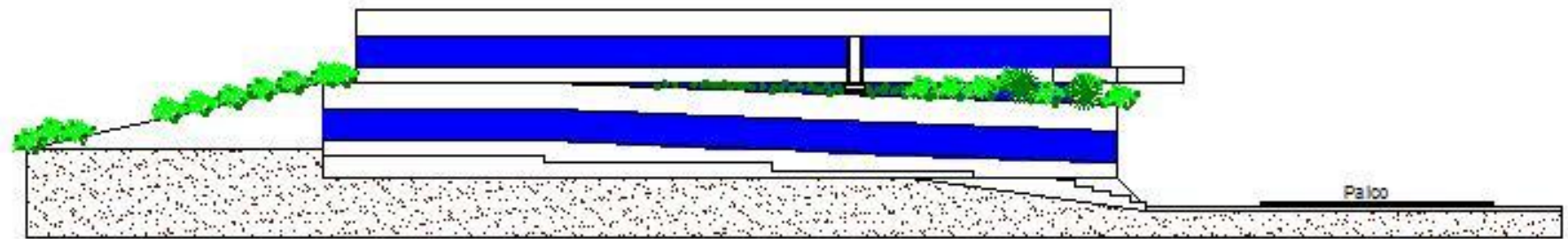
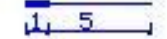






Corte Longitudinal

Escala métrica



Fachada Lateral

Escala métrica



8. REFERENCIAIS





8.1. Referenciais arquitetônicos

8.1.1. Villa Pastega Manera – Treviso – Itália



(Fonte: ARCOWEB)

Projeto do arquiteto japonês Tadao Ando para restauração e ampliação da obra do arquiteto renascentista italiano Andrea Palladio, Villa Pastega Manera em Treviso, Itália.

Trata-se de um complexo arquitetônico renascentista revitalizado com a instalação de um centro de pesquisas, que resultou não só na restauração dos prédios existentes, mas também na criação de novos espaços.

É clara a preocupação com o respeito ao ambiente existente e a sua postura entre intervir e preservar, conforme palavras do arquiteto: “Desde o início, achei que a paisagem campestre onde a vila se situava não deveria ser espoliada. Por isso, as novas edificações ficaram no subsolo.”





(Fonte: ARCOWEB)



(Fonte: ARCOWEB)

Para este trabalho se faz importante destacar as paisagens criadas com composições das colunas que conformam espaços, como numa espécie de galeria aberta que configura um caminho a ser seguido.



(Fonte: ARCOWEB)



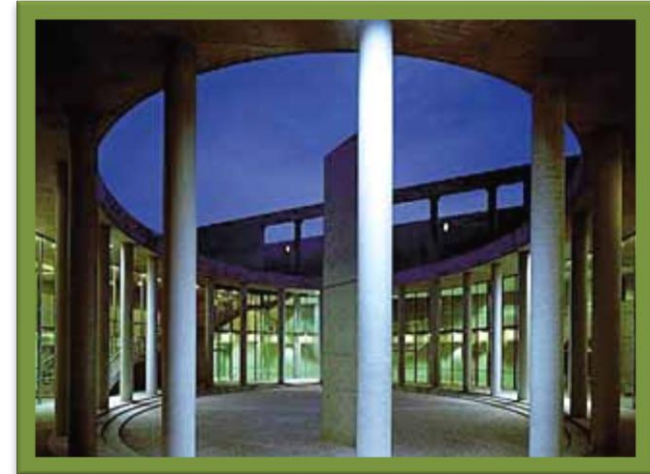
(Fonte: ARCOWEB)

Também vale destacar a grande praça elíptica que é o ponto central de convergência, de encontro e atividades diversas além de marcar o acesso, fornece luz e ventilação naturais aos pisos subterrâneos. Os ambientes ao redor da praça mantêm com ela uma relação visual, conseguidas através de amplas paredes envidraçadas.





(Fonte: ARCOWEB)



(Fonte: ARCOWEB)

O detalhe da cobertura verde também se destaca por tornar as edificações subterrâneas parte integrante do terreno existente.

“A idéia central deste projeto é criar espaços, praças, corredores, galerias e salas projetados para dar às pessoas a possibilidade de se encontrar para conversar. Eles foram deliberadamente posicionados para configurar pontos de encontro”, afirma Ando.

(Texto resumido a partir de reportagem de **Ricardo Antônio**, publicada originalmente em **PROJETODESIGN**- Edição 257 Julho de 2001 e posteriormente no site www.arcoweb.com \As cores de Palladio.)





8.1.2. Praça Itália – Porto Alegre – RS – Brasil.



(Fonte: <http://www.portoalegre.rs.gov.br>)





Projeto do Arquiteto gaúcho Carlos Maximiliano Fayet, foi inaugurada em 1992. Localiza-se no entorno do Shopping Praia de Belas, em Porto Alegre, em frente ao Parque da Marinha que serve de ponto de encontro de pessoas.

Neste referencial, novamente se destaca a conformação de espaços criados pela disposição da colunata que, ao tempo em que produz a sensação de limitação, deixa permeável este espaço, o que confere liberdade e amplitude espacial.



(Fonte: <http://www.portoalegre.rs.gov.br>)





Bosque Alemão – Curitiba – PR.

Inaugurado em 1996, o Bosque Alemão homenageia a cultura e as tradições que os imigrantes alemães trouxeram para Curitiba. É um memorial a esses imigrantes que chegaram na cidade a partir de 1833 e muito contribuíram para o estilo de vida dos curitibanos.

Deste referencial, pode-se destacar a valorização da natureza existente e a integração das edificações com o ambiente.



O “Portal Alemão” na Praça da Cultura Germânica, Bosque Alemão, marca uma das entradas do parque.



A “Torre dos Filósofos” possui um mirante em madeira, de quase 20m de altura, de onde se tem uma vista panorâmica de Curitiba. Aqui a valorização das paisagens é uma intenção evidente.





A Trilha de João e Maria, onde se reproduz o conto dos irmãos Grimm. Os versos desse conto popular são pintados em azulejos ao longo da trilha que cruza o bosque.

É importante a preocupação de criar oportunidades que induzam a vivência, ao sentimento das sensações do local. Trilhas com espaços de parada que proporcionam a contemplação da natureza existente.



Casa Encantada é uma reprodução da Casa da Bruxa do conto João e Maria, onde está instalada a biblioteca de contos infantis, atividade que mostra novamente a intenção de proporcionar a vivência do local.

Neste parque, a valorização da natureza é evidente, nas proposições que proporcionam a vivência, valorização, contemplação e o despertar dos sentidos em relação ao ambiente.





8.2. Referenciais bibliográficos

Dissertações/teses:

- ✓ DE LUCA, Virgínia Gomes. **O Patrimônio Arquitetônico e a Paisagem Cultural em Sítios Históricos Rurais de Imigração Italiana.** Florianópolis, 2007. Dissertação. (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Santa Catarina.
- ✓ SERAFIM, Carla Nichele. **Construção da italianidade entre descendentes de imigrantes no município de Urussanga, Santa Catarina.** Florianópolis, 2007. Dissertação. (Mestrado em Psicologia) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal de Santa Catarina.
- ✓ NASCIMENTO. Daniel Trento. **O Papel dos Conflitos Sócioambientais e de Fenômenos Climáticos Extremos no Fortalecimento da Gestão Ambiental Municipal no Sul Catarinense.** Brasília-DF, 2010. Tese de Doutorado. Centro de Desenvolvimento Sustentável – Universidade de Brasília.
- ✓ MACARI, Anelise Christine. **Urussanga. Tempo, Espaço e Gente.** Florianópolis – SC, 2006. Trabalho de Graduação. Arquitetura e Urbanismo. Universidade Federal de Santa Catarina.

Científicos:

- ✓ REBOLLAR, Paola May. **Interações entre a comunidade ítalo-brasileira de Urussanga e a mata atlântica (1878 – 1920).** XXIV Simpósio Nacional De História – 2007 - Associação Nacional de História – ANPUH
- ✓ MAGMA – MINERAÇÃO, GEOLOGIA E MEIO AMBIENTE LTDA. EIA-RIMA – Setep Construções Ltda, Urussanga, SC. Fevereiro 2009.

Projetos:

- ✓ IPHAN – INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Roteiros Nacionais da Imigração.** 3ª edição. Novembro 2008.
- ✓ HORMANN, R.M.G.; THEISS, A. **Projeto de Restauro e Revitalização do Sobrado da Família Mazzucco.** 1995

Livros:

- ✓ ESCARAVACO, Arnaldo. **Urussanga. As Imagens da História. Da 1ª e 3ª Década do Século XX.** Volume II. Urussanga, SC. 214 pg.





- ✓ BALDESSAR, Mons. Quinto Davide. **“Imigrantes. Sua História, Costumes e Tradições”**. 3ª edição. Forquilha, SC, 2007. 316 pg.
- ✓ MAZURANA, V.; CANCELIER, O. L. **Rio Maior. Traços Culturais e Transformações d um Grupo de Imigrantes Italianos do Sul de Santa Catarina**. Orleans, SC, 1989. 131 pg.
- ✓ CAMPANHOLA, C.; Graziano DA Silva, J. 1999. **Panorama del turismo en El espacio rural brasileño: nueva oportunidad para el pequeño agricultor**. Iº Congreso Brasileño de Turismo Rural. Piracicaba (SP).
- ✓ SOUZA, Rodrigo Sampaio. **A Manutenção Da Prática Do Turismo Em Áreas De Preservação: O Caso De Sana – Macaé/RJ** - 2009
- ✓ GUIMARÃES, Mauro. **Educação Ambiental: no consenso um embate?** Campinas: Papirus, 2000.
- ✓ BRASIL. Ministério do Turismo. Coordenação Geral de Regionalização. **Programa de Regionalização do Turismo - Roteiros do Brasil : Turismo e Sustentabilidade** – Brasília, 2007.

Periódicos:

- ✓ (Jornal Vanguarda - set 17, 2009 - **Índios e italianos, uma verdadeira guerra no início da colonização em Urussanga**.
- ✓ (Jornal Vanguarda - jun 04, 2009 – **Casarão dos Mazzucco**.

Homepages:

- ✓ http://www.google.com.br/search?q=hist%C3%B3ria+urussanga&hl=pt-BR&tbs=tl:1&tbo=u&ei=maLcS_21LYaOuAe7tt2FBw&sa=X&oi=timeline_result&ct=title&resnum=11&ved=0CDQQQ5wlwCg . Acessado pela primeira vez em 10 de março de 2010.
- ✓ http://www.sc.gov.br/sdr/criciuma/municipio_urussanga.htm. Acessado pela primeira vez pela primeira vez em 10 de março de 2010.
- ✓ <http://www.sul-sc.com.br/afolha/cidades/urussanga.html>. Acessado pela primeira vez em 01 de maio de 2010.
- ✓ www.portaldiaadia.com.br/destaques.php?pg=destaque/urussanga. Acesso pela primeira vez em 10 de março de 2010.





- ✓ Patrimônio Cultural Santa Catarina. Disponível em <http://www.alquimidia.org/patrimoniocultural/index.php?mod=pagina&id=1128>. Acessado pela primeira vez em 26/02/2010.
- ✓ www.sustentabilidade.org.br – Acesso em 06-04-2010.
- ✓ www.amrec.com.br/municípios
- ✓ http://www2.portoalegre.rs.gov.br/smam/default.php?p_secao=68 – Acesso em 15/06/2010.
- ✓ CAMARGO, Flávio. **Turismo rural, ou turismo no espaço rural?** Disponível em: http://www.fmr.edu.br/publicacoes/pub_23.pdf
Acesso em: 06/04/2010.

Legislação:

- ✓ URUSSANGA, Plano Diretor Participativo(2008). LEI COMPLEMENTAR N° 08, de 1° de julho de 2008. DO PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO DO MUNICÍPIO DE URUSSANGA/SC. 141 páginas.
- ✓ RIO MAIOR, APA (Área de Proteção Ambiental(1998). LEI N° 1.665, de 27 de novembro de 1998. Urussanga/SC. 7 páginas.

